

The background of the cover is a grayscale photograph of an airport tarmac. In the upper left, a large commercial airplane is in flight against a cloudy sky. In the foreground, several dark-colored cargo containers are stacked on a train or truck. A person wearing a hard hat is visible near the containers. The overall scene is industrial and logistical.

RELATÓRIO ANUAL 2020







© 2021 - EPL

Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C

Via W4 Sul, Asa Sul, SCS Quadra 9,

Lote C, 7º e 8º andares

Brasília - DF - 70.308-200

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NATÁLIA MARCASSA DE SOUSA

Presidente

DIOGO PILONI E SILVA

Conselheiro

MARCELLO DA COSTA VIEIRA

Conselheiro

MARTHA SEILLIER

Conselheira

FÁBIO HIDEKI ONO

Conselheira

CONSELHO FISCAL

MATEUS SZWARCWING

Conselheiro

NERYLSON LIMA DA SILVA

Conselheiro

DANIEL MÁRIO ALVES DE PAULA

Conselheiro

DAVID MEISTER

Suplente

RONISE PEREIRA LOPES

Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA

Presidente

RAFAEL ANTÔNIO CREN BENINI

Diretor de Planejamento

MARCELO GUERREIRO CALDAS

Diretor de Gestão

06

MENSAGEM DA
ADMINISTRAÇÃO

07

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

08

VISÃO ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

15

AMBIENTE EXTERNO,
RISCOS, OPORTUNIDADES E
PERSPECTIVAS

20

RESULTADOS E DESEMPENHO

28

DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA
E CONFORMIDADE LEGAL DE
ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO

34

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

73

RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

76

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL
DO COMITÊ DE AUDITORIA
ESTATUTÁRIO DA EPL 2020

78

PARECER DO
CONSELHO FISCAL

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2020, consolidamos nossa atuação como parceiro preferencial do planejamento e desenvolvimento da infraestrutura nacional de transportes. Reafirmamos, também, nosso compromisso com nossos valores e com a sociedade brasileira.

Prosseguimos com a adoção das melhores práticas de governança, aprovamos nossa Política de Integridade, e reforçamos as iniciativas para aumentar a transparência em nossa atuação. Atualizamos nosso planejamento estratégico para estarmos mais bem posicionados para prestar mais e melhores serviços aos nossos clientes e contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura.

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19, entregamos ao Ministério da Infraestrutura estudos para concessões e arrendamento de ativos e obtivemos licenças ambientais para diversos empreendimentos, contribuindo para a continuidade do programa de concessões do Governo Federal. Logramos também conquistar nossos primeiros clientes entre estados da federação e operadores portuários. As novas oportunidades de geração de receita nos permitirão reduzir a dependência de subvenção do nosso controlador.

Em 2021, daremos continuidade aos mais de 60 projetos em andamento na companhia. Afinal, a #Eplnaopara.



MENSAGEM DO PRESIDENTE



A prestação de contas à sociedade é prioridade permanente para a Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Buscamos sempre maior precisão e transparência para assegurar ao cidadão brasileiro meios de atestar a eficiência e responsabilidade com que aplicamos o capital confiado a nós. Neste Relatório Anual, que cumpre os requisitos dos relatórios da Administração e de Gestão, prestamos contas ao nosso acionista e à sociedade usando a metodologia de relato integrado.

A EPL é ainda jovem, mas a sua curta história é densa de realizações. Iniciou suas operações em 2012 para gerir projetos de trem de alta velocidade, e expandiu sua atuação para a área de planejamento da infraestrutura nacional de transportes e logística. Nesta que se tornou a principal área de competência da empresa, estamos nos consolidando como o principal fornecedor de serviços para viabilizar o programa nacional de concessões de infraestrutura de transportes.

2020 foi um ano de muitos desafios e de grandes sucessos. Mesmo com as restrições advindas da pandemia de COVID-19, avançamos na elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) 2035 e atendemos com maior eficiência às demandas imediatas de estruturação de projetos para concessão, com a conclusão dos estudos relativos a 27 empreendimentos. Transferimos uma licença ambiental a empresa concessionária, e obtivemos outras quatro licenças prévias que darão maior segurança aos investidores participantes de leilões futuros.

Seguimos, ainda, com as negociações para expandir nossa carteira de clientes. Fomos contratados pela Autoridade Portuária de Paranaguá e Antonina para elaborar seu Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, e estamos formalizando o contrato para a elaboração de Diagnóstico Logístico para o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

As atividades do exercício de 2020 estão fielmente refletidas neste Relatório, fruto do trabalho coletivo de todas as áreas da empresa. Ao integrar as informações das diversas unidades, nos empenhamos para assegurar sua integridade, sobre a qual reconheço minha responsabilidade. O Relatório segue, no que cabe, a estrutura recomendada pela decisão normativa aplicável do Tribunal de Contas da União.

Acreditamos que este Relatório Anual 2020 permitirá à sociedade acompanhar adequadamente as atividades da EPL em benefício do País. Além disso, o cidadão pode acessar mais informações em nossa página na internet (www.epl.gov.br), com atualização constante, e confirmar que, de fato, a #EplNãoPara.

ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
Presidente

VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



MISSÃO

Planejar a logística e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes.



VALORES

Transparência;
Sustentabilidade;
Inovação; Pessoas;
Ética; e Integridade.



VISÃO

Ser parceira estratégica do planejamento e desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

A Empresa de Planejamento e Logística S. A. (EPL) é uma empresa estatal constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, com base na Lei nº 12.404, de 04 de maio de 2011 (alterada pela Medida Provisória nº 576, de 15 de agosto de 2012, convertida na Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012). Atualmente vinculada ao Ministério da Infraestrutura, iniciou suas

operações em 2012.

Com sede em Brasília – DF, contribuimos para o desenvolvimento da infraestrutura logística de transportes, com atividades de Planejamento de Infraestrutura de Transportes, Licenciamento Ambiental, Estruturação e Modelagem de Projetos para Concessão e disponibilização de Estudos e Ferramentas de Apoio à Decisão.

PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

O Plano Nacional de Logística (PNL) é a base do sistema de Planejamento Integrado de Transportes adotado pelo Ministério da Infraestrutura. Elaborado com a melhor tecnologia disponível, indica os empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante período determinado.

Em 2020, entramos na fase final do PNL 2035, a ser concluído nos primeiros meses de 2021. Logo em seguida iniciaremos os trabalhos de elaboração do PNL 2055. A atualização do PNL é constante, com versões sucessivas que estabelecem fluxo regular de informações de planejamento para o desenvolvimento, pelo Governo Federal, da Política Nacional de Transportes.

ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS PARA CONCESSÃO

Coordenamos a elaboração dos estudos técnicos de projetos destinados a concessões e arrendamentos de portos, ferrovias e rodovias. Concluídos os estudos, prestamos apoio ao Ministério da Infraestrutura e às agências reguladoras ao longo de todo o processo até a realização do leilão correspondente.

jurídica aos investidores que venham a participar do esforço nacional de expandir e modernizar a infraestrutura de transportes do País.

Facilitamos a articulação institucional entre as partes envolvidas no programa de concessões e asseguramos a qualidade dos estudos técnicos. Contribuímos, assim, para dar maior segurança

Somos também responsáveis pela gestão e licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura logística. As licenças obtidas pela EPL viabilizam obras de manutenção, melhoria de capacidade, restauração ou instalação de novos empreendimentos. Contribuímos assim para aumentar a atratividade dos projetos, diminuindo os riscos associados às concessões.

ESTUDOS E FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO

Desenvolvemos e mantemos ferramentas de apoio à decisão para a implantação e a gestão de infraestrutura e de transportes. Mantemos e aperfeiçoamos constantemente o Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), um

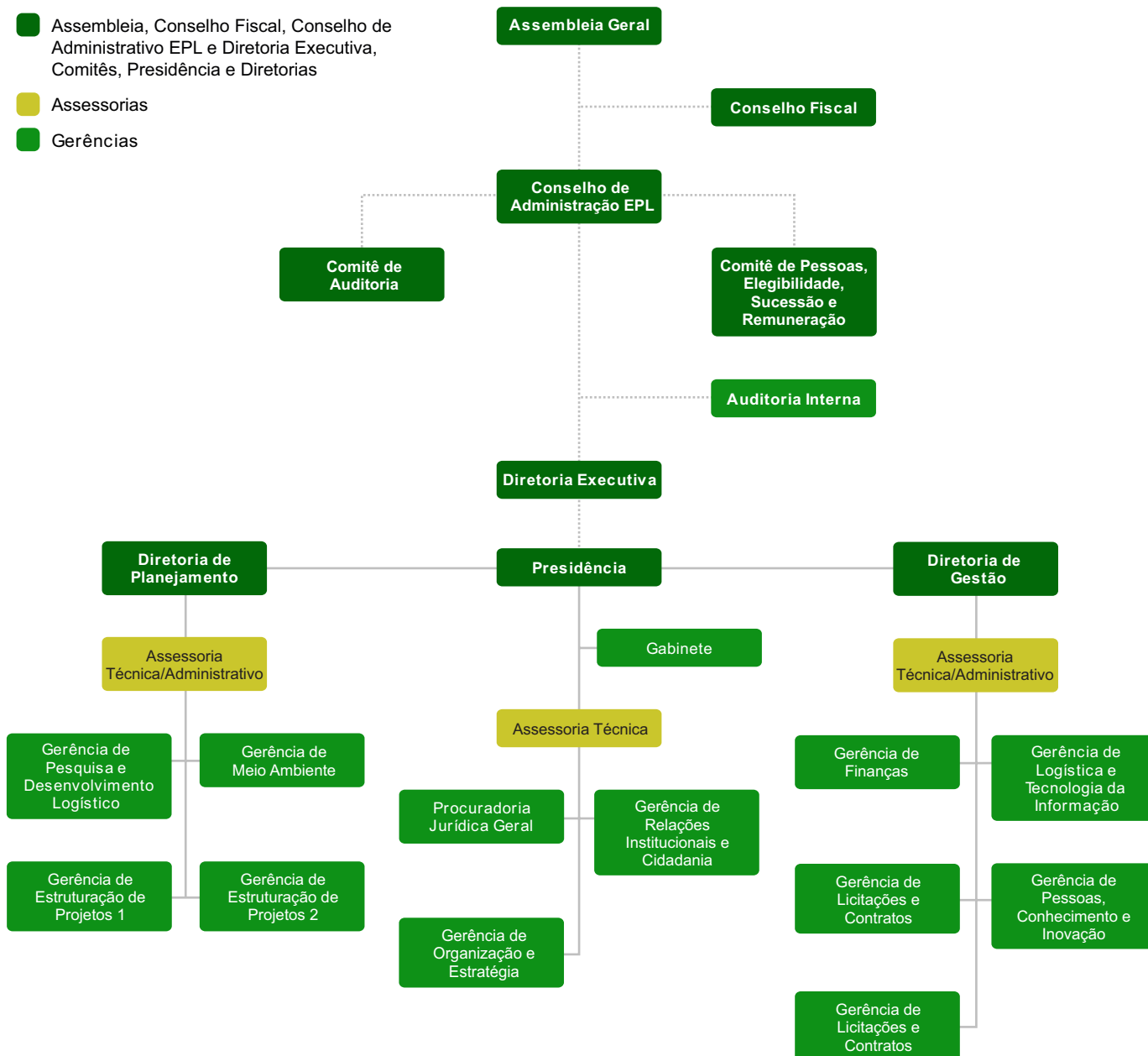
sistema de informações que subsidia a elaboração de estudos, diagnósticos, painéis analíticos gerenciais, portais de dados, visualizadores de mapas e dados espaciais.

Estrutura organizacional

Em 31 de dezembro de 2020 contávamos com 134 empregados distribuídos entre a Presidência e duas Diretorias. A Diretoria de Planejamento concentra as equipes diretamente responsáveis pelos serviços prestados pela EPL a seus clientes, enquanto a Diretoria de Gestão proporciona o apoio logístico necessário ao funcionamento da companhia. As unidades subordinadas direta-

mente ao Presidente asseguram que as atividades desempenhadas estejam sempre adequadamente orientadas para alcançar os objetivos da empresa e observem os valores organizacionais e o interesse público. Todos os nossos colaboradores desempenham suas funções na sede da companhia, em Brasília.

ORGANOGRAMA



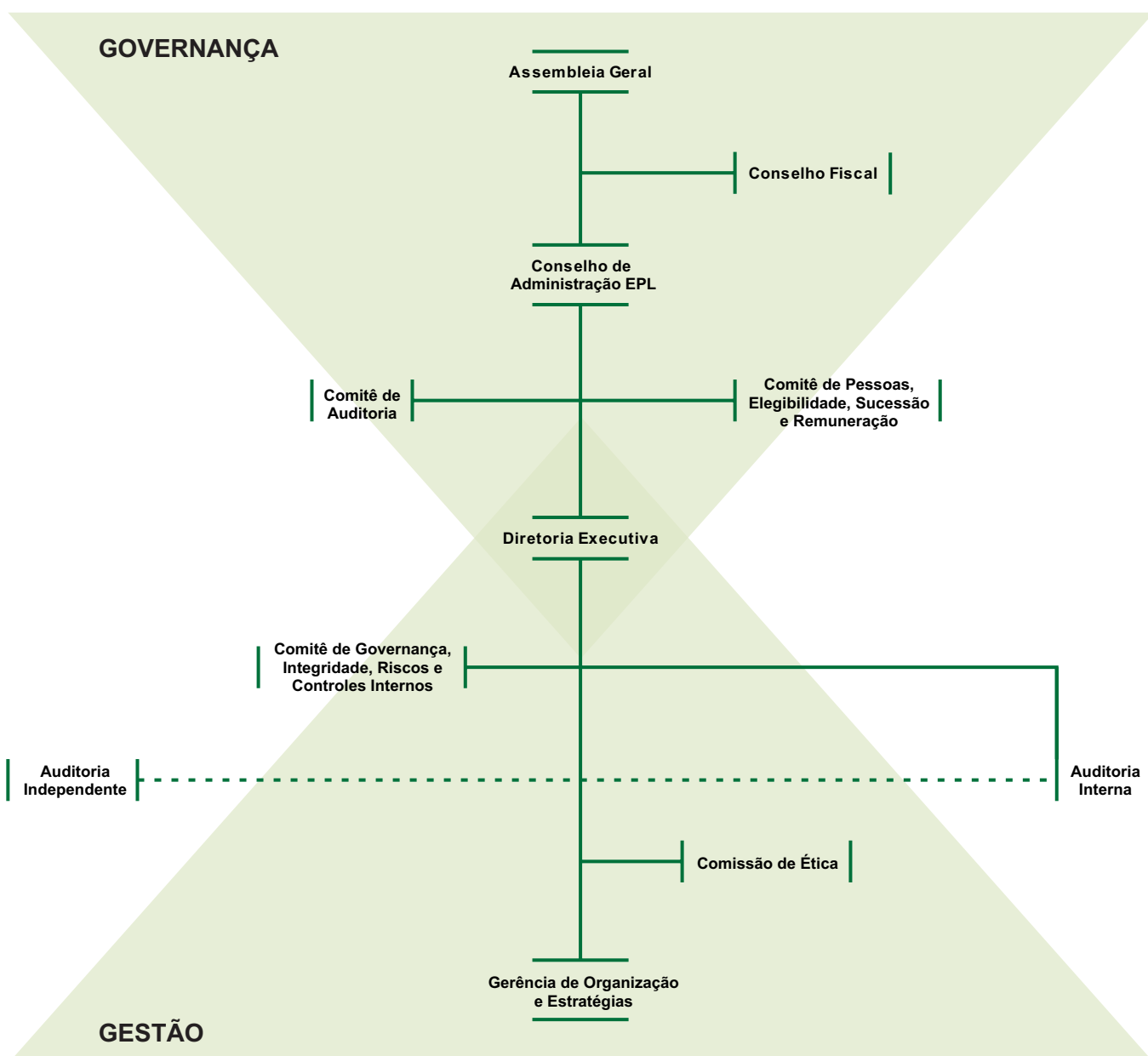
Governança

Nossa estrutura de governança reflete as melhores práticas existentes, com as devidas adaptações à realidade da companhia. Na defesa do interesse público, vão além do exige a legislação nossos esforços para assegurar lisura e transparência no emprego dos recursos públicos a nós confiados.

O compromisso da Alta Administração com a

governança vem angariando reconhecimento. Mantivemo-nos no nível 2 na avaliação periódica realizada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, e estamos confiantes de que chegaremos ao Nível 1 no próximo ciclo. Na avaliação do Tribunal de Contas da União, o IGG-TCU, pretendemos evoluir em 2021 do nível intermediário (resultado de 2018) para o aprimorado.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



CADEIA DE VALOR/MODELO DE NEGÓCIOS

PROCESSOS PRIMÁRIOS

Planejar infraestrutura logística

Estruturar projetos de infraestrutura logística

Desenvolver a infraestrutura logística

PROCESSOS DE APOIO E GESTÃO

Desenvolver Portfólio

Gerir Pessoas

Gerenciar relacionamento com partes interessadas

Gerir comunicação

Gerenciar contratações

Gerenciar finanças, contabilidade e orçamento

Gerenciar Projetos

Gerenciar Estratégia

Gerir tecnologia da informação e comunicação

Gerenciar Riscos

Prover apoio/consultoria jurídica

PROPOSTA DE VALOR



Apoiar a definição de políticas para desenvolvimento da logística do Estado.



Apoiar o desenvolvimento da logística do Brasil e da América do Sul, com tecnologia, planejamento e implantação de projetos para os setores públicos e privado.



Prover serviços, informação e inteligência sobre logística e transporte de cargas e passageiros do país.

Resultados e Benefícios



SOCIEDADE

Mais segurança viária
Menos acidentes
Potencial de geração de empregos



INFRAESTRUTURA

Mais investimento privado em infraestrutura
Menores custos logísticos
Desenvolvimento regionais



SUSTENTABILIDADE

Redução de emissões de gases e poluentes
Empreendimento social e ambientalmente responsáveis

A legislação que rege nossa atuação a vincula aos objetivos da Política Nacional de Transporte e, subsidiariamente, daquelas voltadas à redução das desigualdades regionais, como a Política

Nacional de Desenvolvimento Regional. Contribuímos, também, para os objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente

Políticas e programas de governo

Nossas atividades estão diretamente relacionadas aos seguintes programas e objetivos do Plano Plurianual da União (PPA) 2020 a 2023.

Programas	Diretriz	Órgão Responsável	Objetivo
3005 - Transporte Aquaviário	Ampliação do investimento privado em infraestrutura orientado pelo planejamento de longo prazo associada à redução da insegurança jurídica	Ministério da Infraestrutura	1184 - Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade.
3006 - Transporte Terrestre e Trânsito	Ampliação do investimento privado em infraestrutura orientado pelo planejamento de longo prazo associada a redução da insegurança jurídica	Ministério da Infraestrutura	1235 - Promover a eficiência do sistema de transporte terrestre e trânsito.

Também contribuímos, indiretamente, para alcançar objetivos e metas em diversos outros programas do PPA2020-2023:

Programas	Diretriz	Órgão Responsável	Objetivo
3004 - Aviação Civil	12 - Ampliação do investimento privado em infraestrutura orientado pelo planejamento de longo prazo associada à redução da insegurança jurídica	Ministério da Infraestrutura	1211 - Incrementar a eficiência do sistema de transporte terrestre e trânsito.
1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	08 - Promoção do uso sustentável e eficiente dos recursos naturais, considerando custos e benefícios ambientais	Ministério do Meio Ambiente	1227 - Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras.
1058 - Mudança do Clima	08 - Promoção do uso sustentável e eficiente dos recursos naturais, considerando custos e benefícios ambientais	Ministério do Meio Ambiente	1181 - Implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono.
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	12 - Ampliação do investimento privado em infraestrutura orientado pelo planejamento de longo prazo associada à redução da insegurança jurídica	Ministério do Desenvolvimento Regional	1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

Estratégia

Na fase final do ciclo de planejamento estratégico 2016-2020, passamos por mudanças substanciais na administração e redirecionamos nossa atuação para nos tornarmos mais ágeis no atendimento às demandas do nosso cliente principal, o Ministério da Infraestrutura. Passamos também a buscar ativamente novas oportunidades de gerar receita, de modo a consolidar a tendência de redução da dependência de subvenções do Tesouro Nacional. Nossa estratégia continua centrada em três áreas principais de atuação: Planejamento, Estudos e Informação.

As atividades de Planejamento destinam-se primordialmente a atender as razões de interesse

público que deram ensejo à criação da companhia, mas buscamos também oportunidades de prestar serviços para gerar receita. A área de Estudos estrutura projetos para concessão e coordena a obtenção de licenças ambientais necessárias à viabilização dos empreendimentos; também nestas atividades a companhia cumpre principalmente suas funções de interesse público, mas envida esforços no sentido de conquistar clientes entre os governos estaduais. A atuação da EPL relacionada a seus ativos de informação está focada em subsidiar as atividades de planejamento e estudos e em prover à sociedade dados e conhecimento sobre a infraestrutura de transportes e logística nacional.

MAPA ESTRATÉGICO

MISSÃO	Planejar a logística e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes			
VISÃO	Ser parceira estratégica do planejamento e desenvolvimento da infraestrutura brasileira			
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Clientes e Sociedade	Financeira	Processos Internos	Pessoas e Crescimento
	Diversificar e formalizar portfólio Consolidar evolução do negócio da EPL Centralizar o planejamento de infraestrutura logística	Gerenciar a sustentabilidade financeira	Priorizar atividades finalísticas que geram mais valor Aprimorar a Governança Institucional	Valorizar o Capital Humano e a Propriedade Intelectual da EPL Adequar o ambiente tecnológico para apoiar os negócios da EPL
PROPOSTA DE VALOR	Apoiar a definição de políticas para desenvolvimento da logística do Estado	Apoiar o desenvolvimento da logística do Brasil e da América do Sul, com tecnologia, planejamento e implantação de projetos para os setores público e privado	Prover serviços, informação e inteligência sobre logística e transporte de cargas e passageiros do país	
	Planejar infraestrutura logística	Estruturar projetos de infraestrutura logística	Desenvolver a infraestrutura logística	
RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Responsabilidade Socioambiental	Governança, Transparência e Ética	Valores EPL	

AMBIENTE EXTERNO, RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS





O ano de 2020 iniciou-se com estabilidade e condições favoráveis ao crescimento da economia. Ainda no primeiro trimestre, porém, a pandemia de Covid-19 modificou este cenário e levou a retração do PIB da ordem de 5%.


O aumento dos gastos públicos com programas de transferência de renda e a queda da arrecadação levaram ao crescimento do endividamento público. O estoque da dívida chegou a cerca de 90% do PIB, segundo o IPEA.

A retomada da atividade econômica observada a partir do terceiro trimestre do ano e as expectativas em relação à vacinação da população em 2021 permite ao mercado projetar, para este ano, crescimento de 3,29% do PIB. Permanecem, no entanto, a incerteza quanto ao ritmo e ao cronograma da recuperação econômica, o que se reflete em volatilidade nas projeções.

A crise econômica e as dificuldades adicionais de realizar projeções para subsidiar o planejamento têm significativo impacto no setor de infraestrutura logística e de transportes. Entretanto, a premente necessidade de desenvolvimento da infraestrutura atenua o significativo impacto da crise econômica sobre o setor, que pode cumprir papel preponderante na recuperação da economia, por ser intensivo em capital e por seu forte efeito multiplicador.

Assim, a despeito da virtual paralisação da atividade econômica durante parte do ano de 2020, o Ministério da Infraestrutura (MInfra) buscou manter em andamento as obras e o programa de concessões. O Estado não tem recursos disponíveis para prover direta e integralmente a infraestrutura necessária, de modo que o programa de concessões se afigura imprescindível.

A EPL está bem posicionada para prestar os serviços de planejamento, de estruturação de



projetos e de gestão ambiental que o Ministério requer. Instituído em 2020, o Planejamento Integrado de Transportes, que contempla o Plano Nacional de Logística, os Planos Setoriais (terrestre, portuário, hidroviário e aeroviário) e o Plano Geral de Parcerias, prevê a ativa participação da companhia e cria oportunidades para a companhia expandir o portfólio de serviços prestados ao Ministério.

A expertise desenvolvida pela companhia e seu posicionamento privilegiado permitem buscar a exploração de novas oportunidades em outras esferas de governo e junto ao setor privado. Desde 2019, a EPL vem se aproximando de potenciais clientes e parceiros para traçar uma estratégia de desenvolvimento do negócio.


Em 2020 as negociações para oferecer serviços de planejamento de infraestrutura e de estruturação de projetos aos estados da federação renderam os primeiros frutos. Prosseguimos em tratativas com diversos potenciais clientes.

À medida que a companhia expande sua atuação, se expõe a maiores e a diferentes riscos. Se sua natureza de empresa estatal dependente a

protege de certos riscos, como por exemplo ao estabilizar o fluxo de caixa, acentua outros.

A situação fiscal presente que gera as oportunidades mencionadas ao impor a aceleração do programa de concessões, pode também limitar a capacidade da companhia de executar seus projetos. A reduzida disponibilidade de pessoal leva a EPL a adotar a estratégia de apostar na qualificação de seus quadros e alavancar sua utilização com o estabelecimento de parcerias de diversas naturezas com atores externos. Otimiza-se, assim, o emprego dos recursos disponíveis, mas criam-se, por outro lado, obrigações financeiras que precisam ser atendidas. Na falta de recursos orçamentários para a contratação dos estudos, a companhia utiliza apenas parcialmente sua capacidade, e reduz-se o retorno sobre os recursos investidos em sua operação.

A Alta Administração vem atuando tempestiva e eficazmente para assegurar orçamento necessário à alocação otimizada de recursos de que a companhia dispõe. Outro fator de risco peculiar das empresas públicas é a estrutura administrativa que a legislação impõe. Os controles necessá-



rios dificultam a alocação eficiente de recursos e limitam a competitividade da companhia no mercado. As diretrizes adotadas mais recentemente no sentido de que as empresas estatais transacionem com o governo em “condições de mercado” esbarram assim em obstáculos de difícil transposição.

A estratégia da EPL leva em conta esse aspecto e prevê iniciativas destinadas a posicionar adequadamente a companhia. A EPL vem envidando esforços para manter estrutura de governança e gestão de riscos capaz de operar eficientemente os controles incorrendo em custos cada vez menores, e sem comprometer sua eficácia.

Na concepção do Planejamento Estratégico 2021–2025, atualizaram-se a matriz de riscos e o mapeamento dos processos de gestão de riscos. As atividades da EPL a fazem depender fundamentalmente de ativos – tangíveis e intangíveis – de Tecnologia da Informação (TI). A dependência criada, que cresce junto com o uso de dados como vantagem competitiva e apoio para tomada de decisões estratégicas, aumenta os riscos

relacionados às ameaças cibernéticas e de privacidade. A estruturação e constante revisão da governança, privacidade, segurança e confiabilidade dos dados e dos ativos de TI da EPL são fundamentais à manutenção da capacidade de atuação da empresa.

Fator adicional de risco para a companhia é a decisão, já tomada, de fusão com a VALEC, outra empresa estatal vinculada ao MInfra. O evento societário, em si, não representa risco, posto que advindo da convicção do controlador de ambas as sociedades de que lhe será benéfico. Gera, no entanto, incertezas com potenciais efeitos adversos nas atividades da empresa. Podem ter impacto negativo, em especial, sobre a força de trabalho disponível e sobre os meios de que os colaboradores dependem para desempenhar suas funções.

A postura de transparência da Diretoria Executiva e a efetiva comunicação com os empregados são mecanismos para mitigar o impacto, mas a própria natureza da decisão faz com que haja risco residual a monitorar.

RESULTADOS E DESEMPENHO



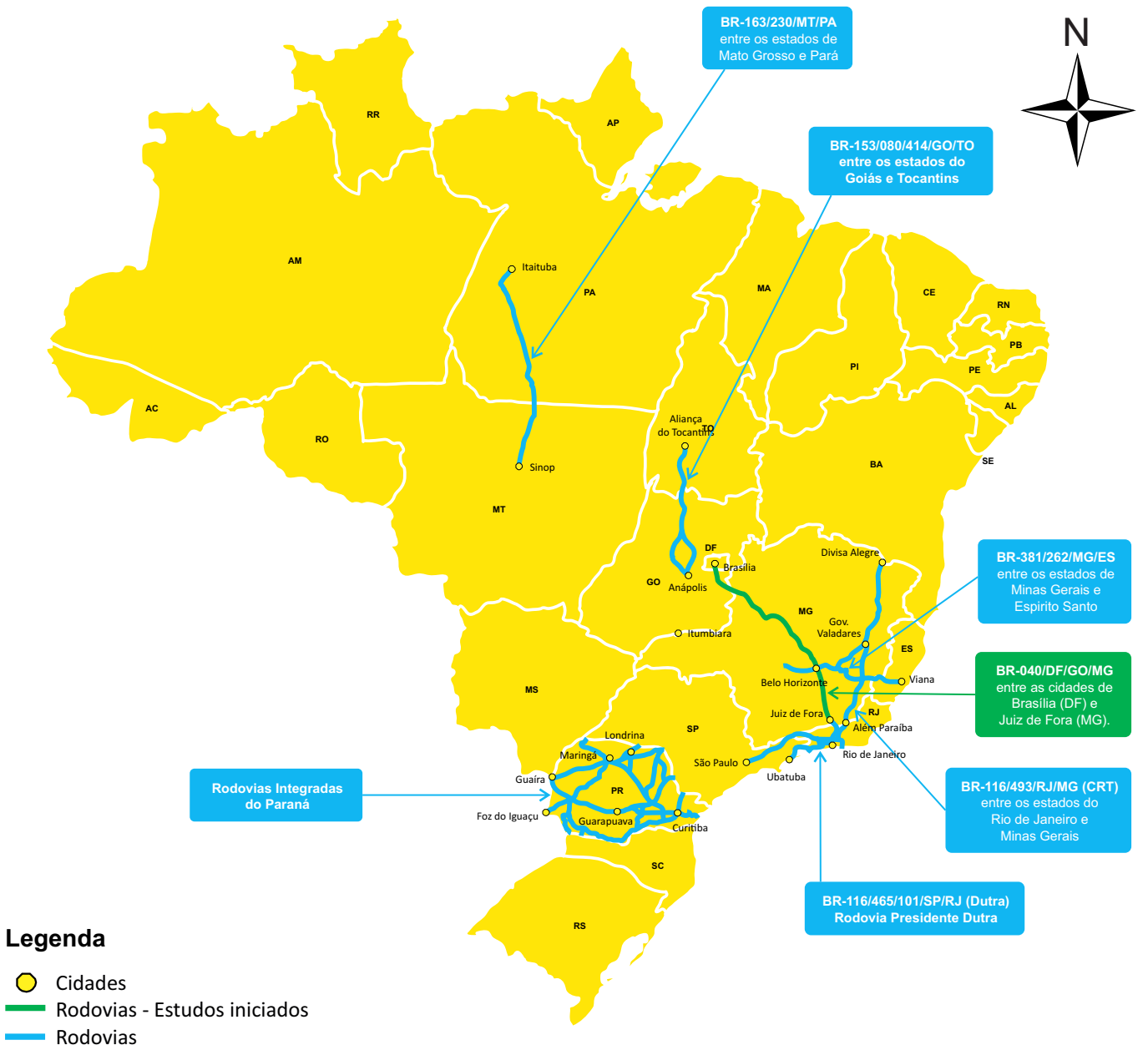
DESEMPENHO OPERACIONAL

Estruturação de Projetos

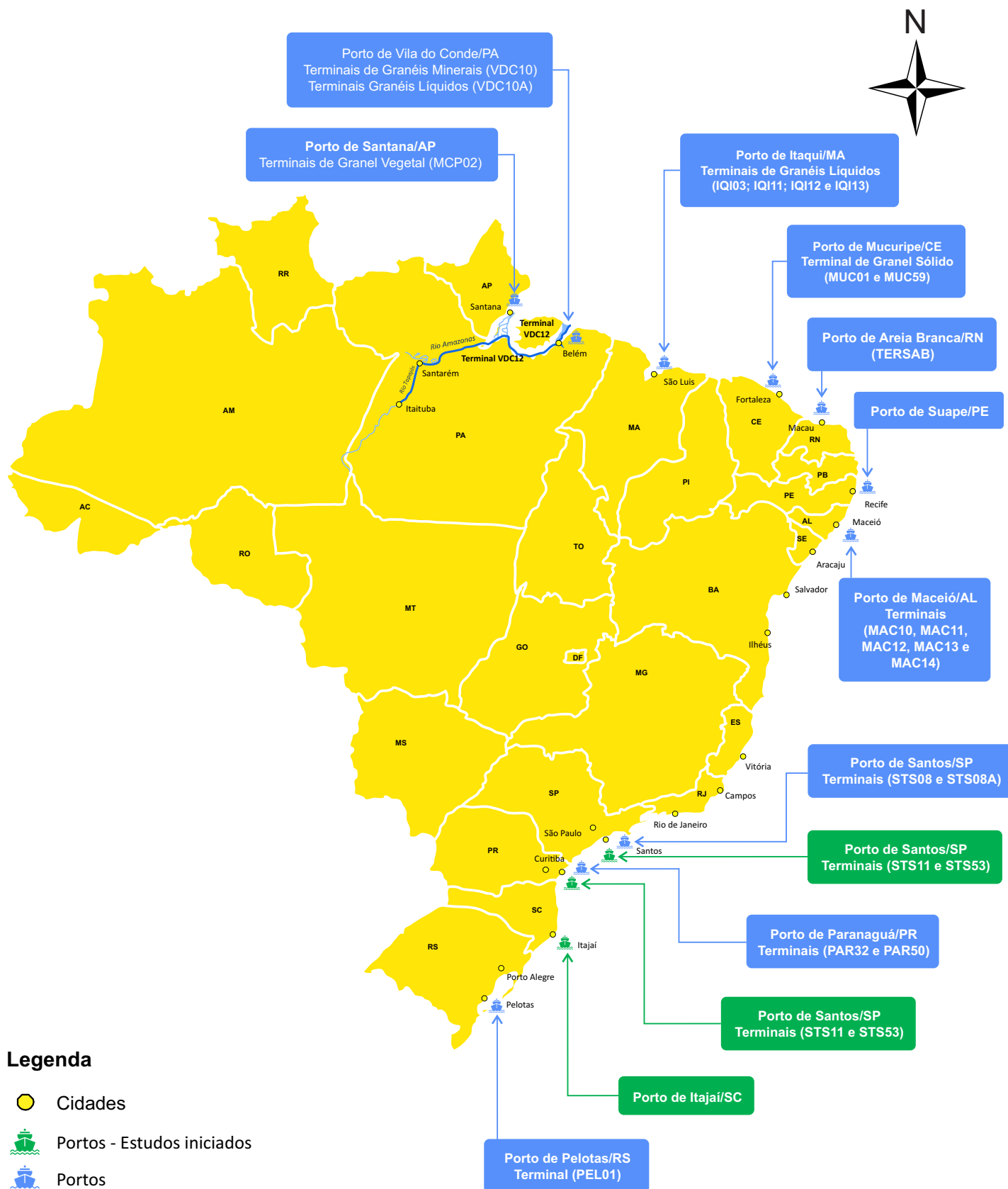
Atuamos, em 2020, nos estudos de estruturação de 36 projetos entre portos, ferrovias e rodovias para concessão, com a conclusão de 17 deles. Quando concedidos, os projetos em que trabalhamos poderão resultar em mais de R\$ 40 bilhões em investimentos na infraestrutura

nacional de transportes e R\$ 10 bilhões em outorgas para o Estado brasileiro. Terão, também, o potencial de gerar cerca de 600 mil empregos (entre diretos, indiretos e efeito-renda).

RODOVIAS



PORTOS



FERROVIAS



Legenda

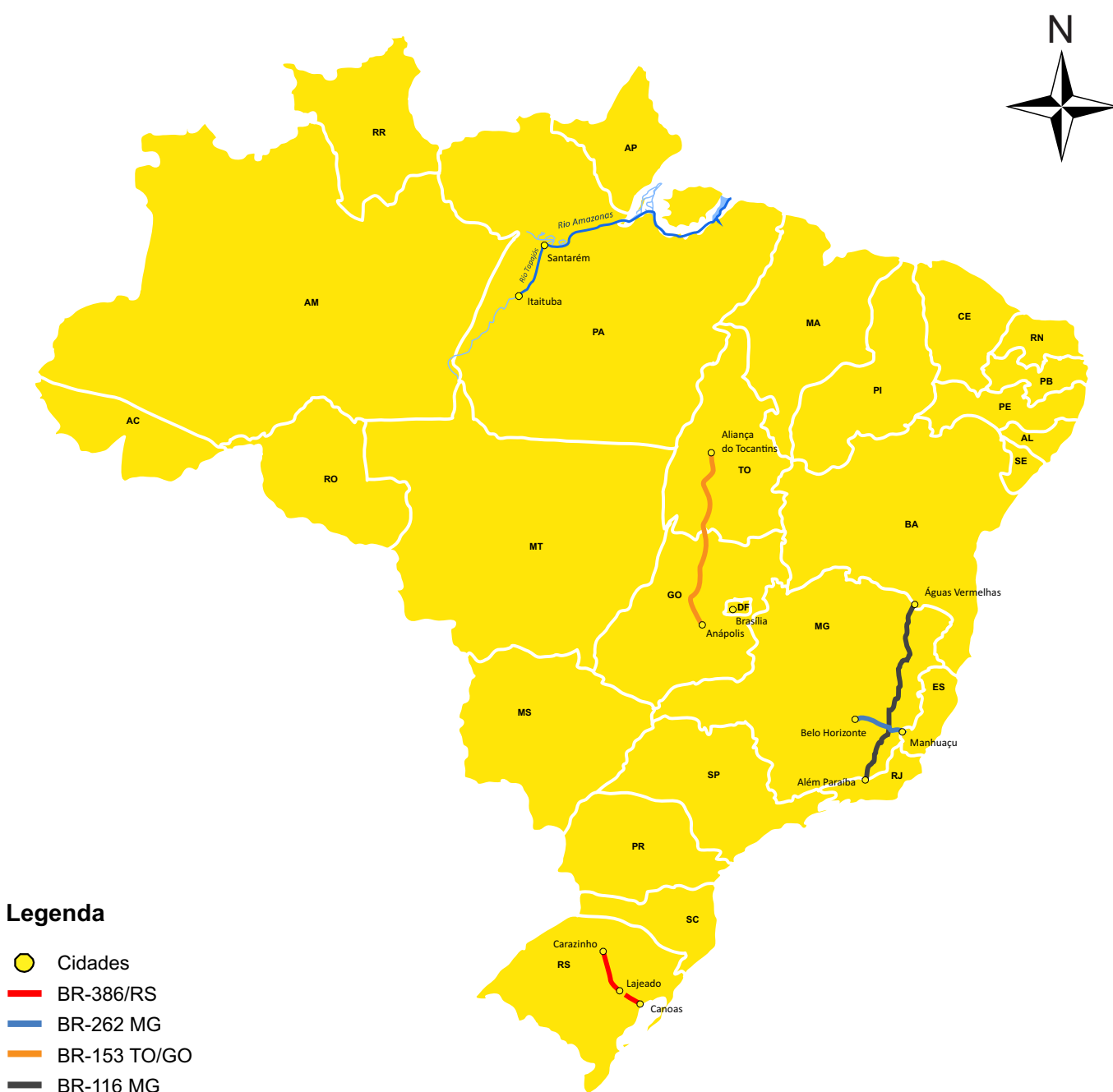
- Cidades
- - - Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOl
- - - Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO)
- - - Renovação Rumo Malha Sul S.A.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

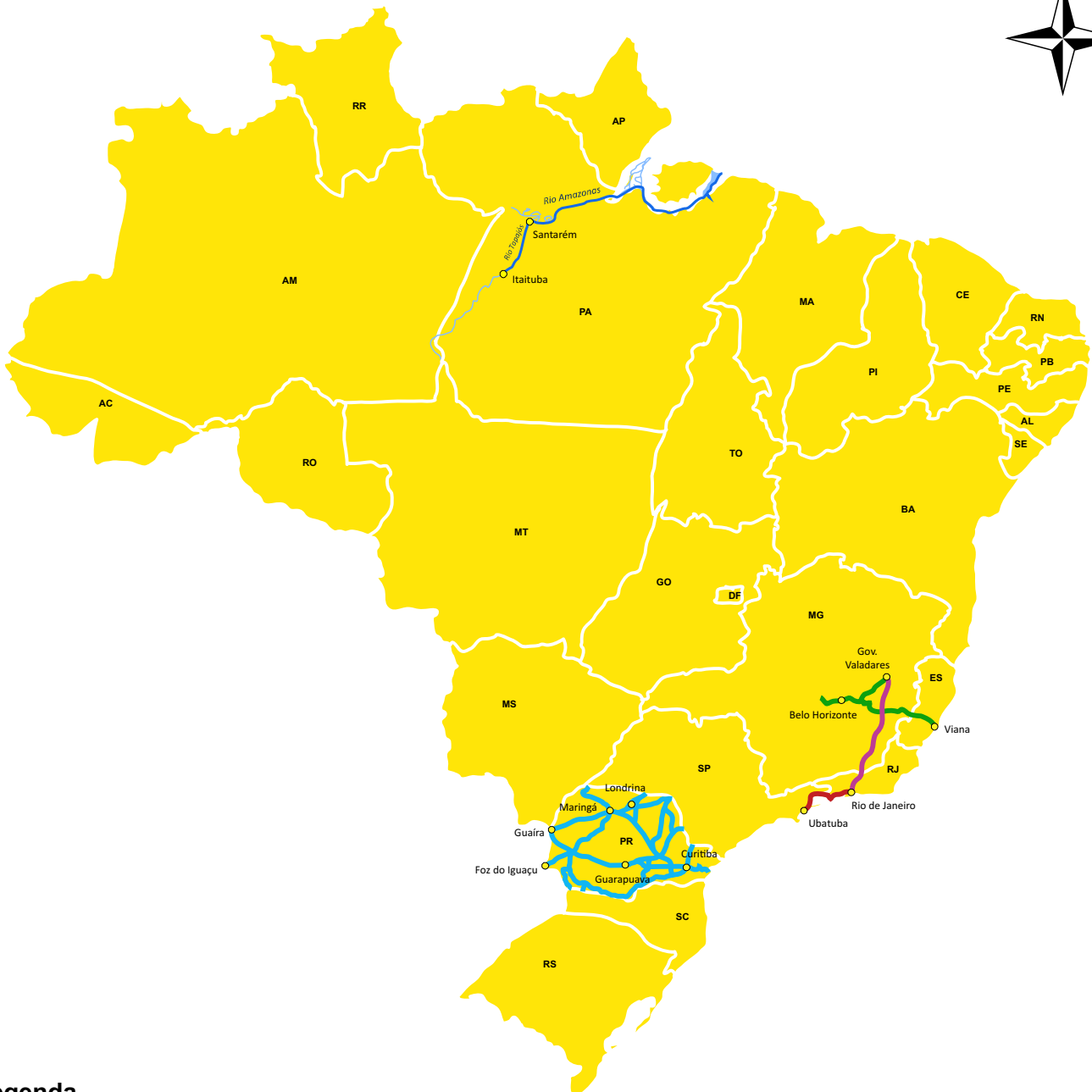
Obtivemos quatro licenças ambientais em 2020, resultado dos esforços e investimentos realizados ao longo de vários anos.

Pudemos, também, transferir a licença prévia para a concessionária da BR 365/364/MG/GO, e geramos receita de R\$ 4.766.596,00 para a companhia.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL (EMITIDAS)



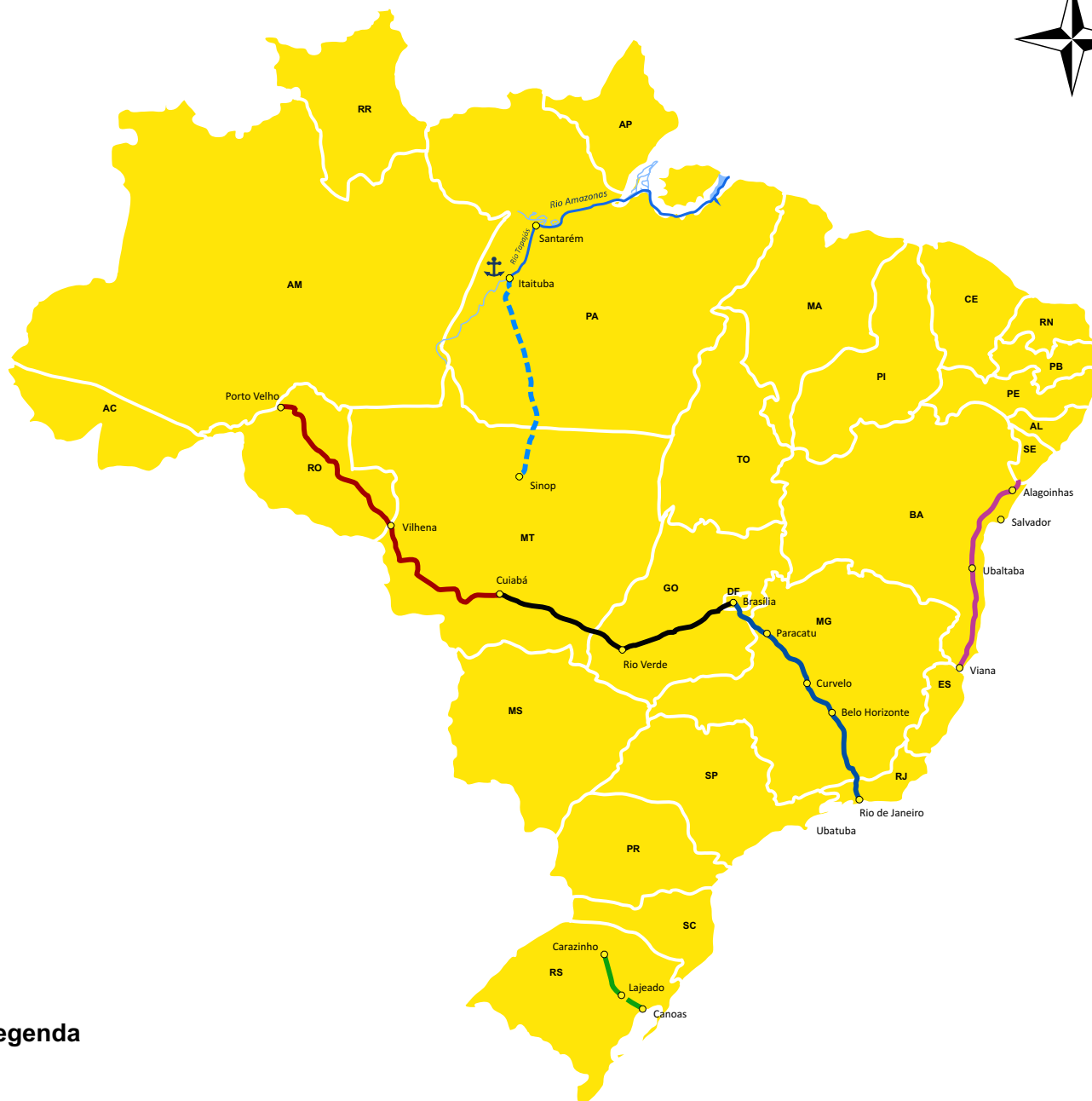
ESTUDOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÕES DE RODOVIAS E ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS



Legenda

- Cidades
- BR 381/262/MG/ES
- BR 116/465/101/SP/RJ (DUTRA)
- BR 116/493/RJ/MG (CRT)
- RODOVIAS DO PARANÁ

ESTUDOS PROTOCOLADOS NOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS



Legenda

- Cidades
- - - EIA/RIMA da Ferrogrão
- EIA/RIMA da BR 364/MT/RO
- Inventário Florestal e Plano Básico Ambiental da BR 386/RS
- Estudo do Componente Indígena da BR 101/BA
- Estudo do componente Indígena da BR 364/060/MT/GO
- Estudo de Relevância de Cavidades Naturais da BR 040/MG

PLANEJAMENTO

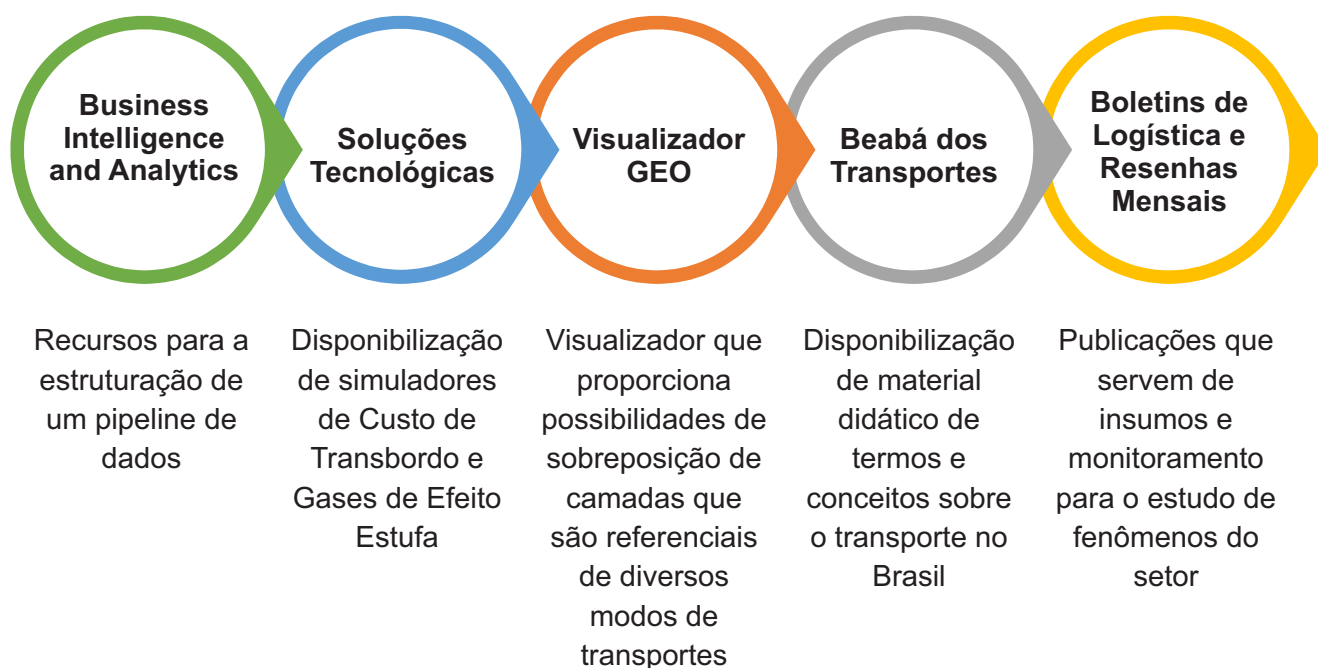
Avançamos na elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) 2035, que será concluído no primeiro semestre de 2021.

Firmamos os primeiros contratos com entidades estaduais com vistas a realizar atividades de diagnósticos da infraestrutura de transportes e plano de desenvolvimento e zoneamento portuário.

ESTUDOS E FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO

Em 2020 o Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL) passou por um grande processo de transformação visando a mudança na forma de comunicação e produção de conteúdo.

Aperfeiçoamos este sistema com ferramentas inovadoras, descritas abaixo. Informações mais detalhadas estão disponíveis no link <https://ontl.epl.gov.br/>



DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO

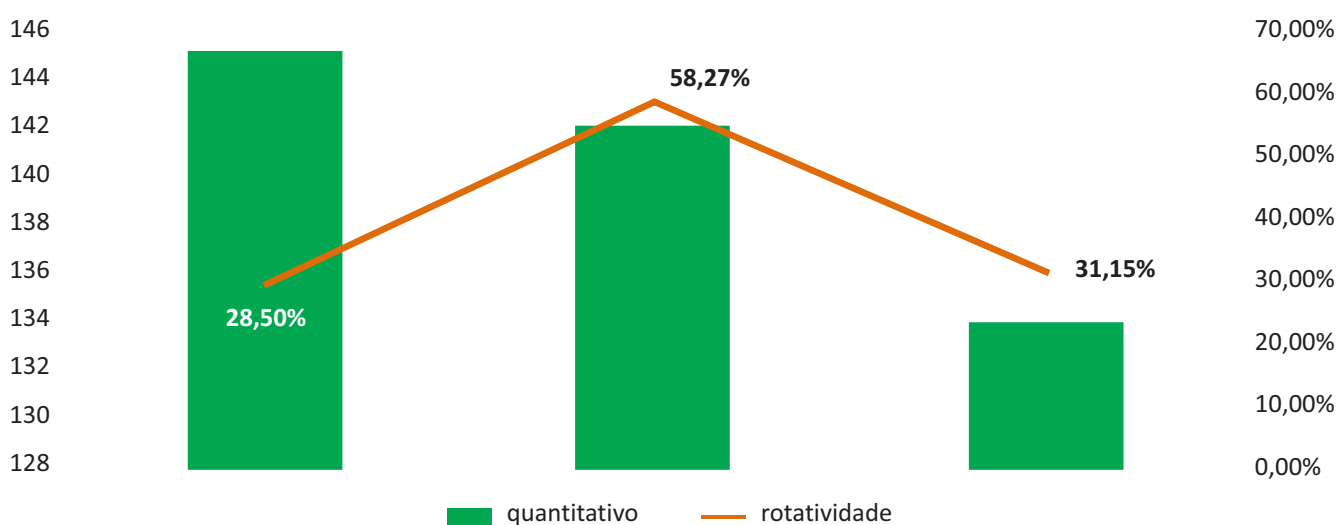


GESTÃO DE PESSOAS

Nossas ações de prevenção da COVID-19 durante o exercício de 2020 trouxeram aos nossos colaboradores a confiança para que eles continuassem executando suas atividades normalmente. Reduzimos, assim, os impactos adversos da pandemia.

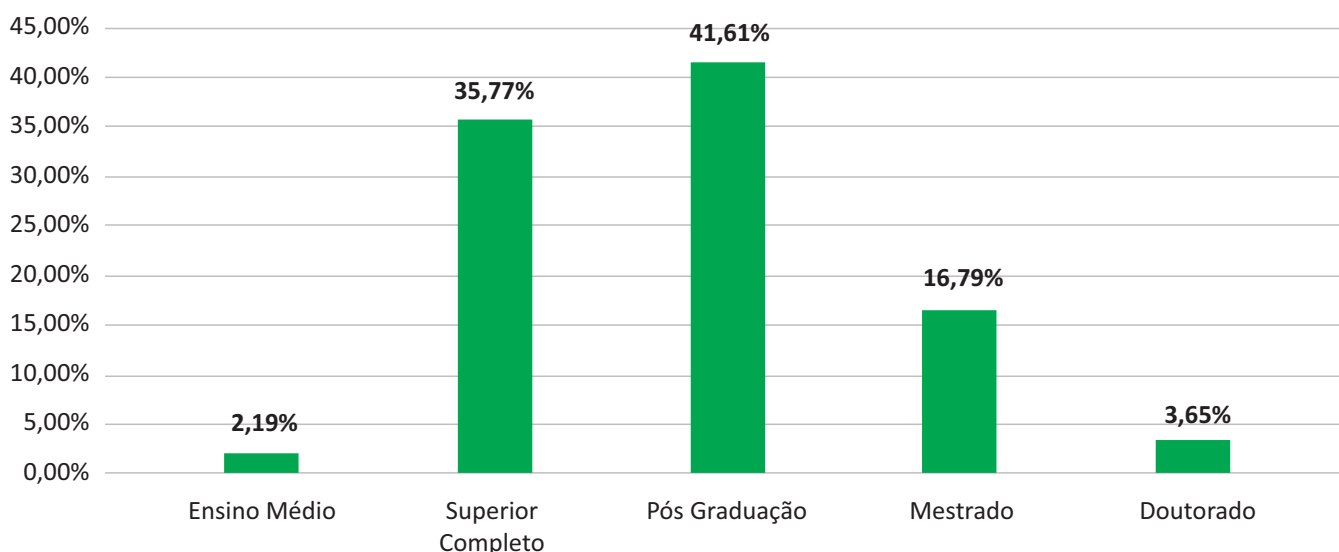
Iniciamos o ano de 2020 com 138 cargos ocupados. Tivemos 37 designações para a promoção interna e 74 movimentações de cargos, finalizando o ano com 134 empregados. Logramos reduzir a rotatividade de pessoal em relação ao exercício anterior.

Evolução do número de cargos ocupados e rotatividade

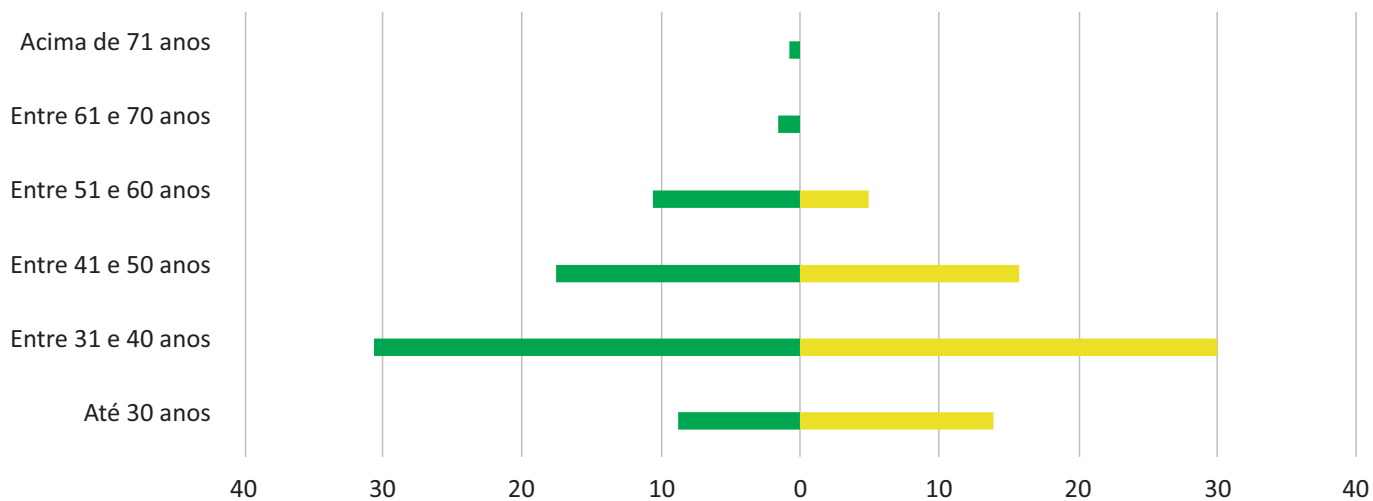


PERFIL DO COLABORADOR

Escolaridade



Gênero e faixa etária



	Até 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Entre 51 e 60 anos	Entre 61 e 70 anos	Acima de 71 anos
Mulheres	14	30	16	5	0	0
Homens	9	31	18	11	2	1



CAPACITAÇÃO

A qualificação do nosso quadro de pessoal e sua dedicação nos permitem oferecer serviços de excelência e manter o controle estatal sobre processos estratégicos para o País.

Em 2020, a EPL proporcionou 6.156 horas de capacitação/treinamento aos colaboradores, com 535 participações em eventos à distância. Investimos em nosso programa de capacitação o montante de R\$ 265.887.

QUALIDADE DE VIDA, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

O programa de qualidade de vida no ambiente de trabalho promoveu diversas ações durante o ano, inclusive as voltadas para mitigar o impacto da pandemia de COVID-19 no bem-estar dos colaboradores.

No âmbito do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), realizamos as avaliações periódicas de saúde na própria sede da empresa, com vistas a expor nossos colabora-

dores a menos riscos de infecção.

A EPL oferece aos seus quadros os seguintes benefícios: (i) auxílio alimentação/refeição; (ii) auxílio creche; e (iii) assistência médica. Os custos incorridos para prover os benefícios durante o ano estão listados abaixo, e maiores detalhes estão disponíveis nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício.

Benefícios	31/12/2020
Auxílio Creche	87.252
Auxílio Alimentação	1.007.309
Assistência Médica	307.439
Total	1.402.000

CLIMA ORGANIZACIONAL

Anualmente a empresa aplica a pesquisa de Clima Organizacional com o propósito de avaliar seu ambiente interno com as informações levantadas para assim proporcionar melhores condições no ambiente de trabalho.

Em 2020, realizamos a coleta de dados no período de 14 a 18 de dezembro. 77% dos colaboradores em trabalho presencial contribuíram para a pesquisa. O questionário sofreu alterações pontuais em relação ao do ano anterior, com a inclusão de itens relacionados ao impacto da pandemia no ambiente de trabalho e à fusão das empresas do MInfra. Os colaborado-

res em trabalho remoto participam de etapa qualitativa da pesquisa, ainda não concluída.

Avaliados apenas os itens presentes nos dois anos, em 2020 obteve-se média global de 3,8 (em escala de 1 a 5), levemente superior aos 3,7 obtidos no ano anterior. Logramos, portanto, melhor percepção do ambiente organizacional pelos nossos colaboradores, apesar das dificuldades impostas pela pandemia que marcou o ano. Quando se tomam em conta os itens adicionais incorporados à pesquisa, o resultados demonstram pequeno decréscimo, com nota 3,7.

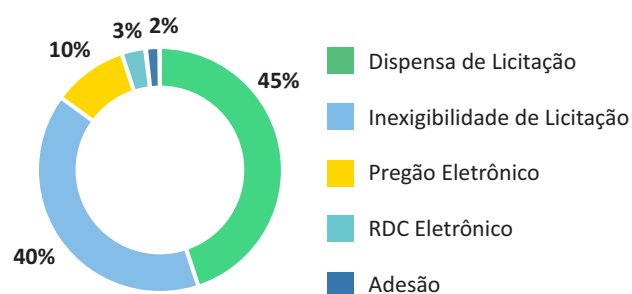
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Desde sua implantação em 2019, o Plano Anual de Contratações (PAC) tem auxiliado a administração na tomada de decisões e na definição de prioridades e estratégias. É mais uma ferramenta de governança e transparência à disposição da companhia.

Mantemos também, trazendo ainda maior transparência à nossa atuação, o Painel de Licitações disponibilizado no site <https://www.epl.gov.br/painel-licitacao>.

Processos por Modalidade

Modalidade	Total
Dispensa de Licitação	27
Inexigibilidade de Licitação	24
Pregão Eletrônico	6
RDC Eletrônico	2
Adesão	1
	60



GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Redução de Despesas Administrativas

A EPL em 2020 conseguiu reduzir seus gastos administrativos, adotando medidas como a substituição do contrato de telefonia móvel por sistema de reembolso com definição de perfis de

usuário/valores fixos, credenciamento de transporte terrestre por aplicativo, automação do sistema de iluminação, e readequação no contrato de serviços de copeiragem e recepção.

Apoio ao Trabalho Remoto

Apoio na implementação do trabalho remoto com o suporte de equipamentos para os colaboradores. Reorganizamos os espaços de trabalho

respeitando a distância recomendada entre as pessoas.

Renegociação do Contrato de Locação

Em negociação com o condomínio Parque Cidade Corporate, obtivemos a renúncia à aplicação do reajuste anual do contrato de

locação, com economia prevista de R\$ 92.978 ao longo de doze meses.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Proseguimos em 2020 com a consolidação do sistema de governança de TIC, que vem contribuindo de forma relevante para o atendimento das necessidades da companhia. Aprovamos durante o ano a Política de proteção dos dados pessoais e a Política de requisitos de segurança da infraestrutura de TIC e retenção de logs da EPL.

Logo no início da pandemia de COVID-19, logamos viabilizar o acesso remoto à rede corporativa para os colaboradores impedidos de seguir em trabalho presencial.

Implementamos o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que auxiliou e integrou o

nosso mecanismo de gestão de processos e documentos eletrônicos, contribuindo para a melhoria da governança e transparência das informações. Trouxe mais eficiência, agilidade e segurança, rompendo com a tradicional tramitação linear, inerente à limitação física do papel.

Demos seguimento à atualização do parque tecnológico da companhia, com a aquisição de soluções e equipamentos mais modernos. Iniciamos também a migração dos sistemas da empresa para ambiente de nuvem, processo que demandará esforços adicionais nos próximos exercícios.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes financeiras emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP (Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) – assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os fatos contábeis foram registrados pelo Valor Original e os saldos apresentados em unidade de Real (R\$ 1).

Em 2020, obtivemos receitas com a prestação de serviços de elaboração de estudos técnicos, no montante bruto de R\$ 1.630.962 (um milhão, seiscentos e trinta mil novecentos e sessenta e dois reais) e com o ressarcimento pela obtenção da Licença Prévia 583/2018, transferida à Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., no montante de R\$ 4.766.596 (quatro milhões, setecentos e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e seis reais).

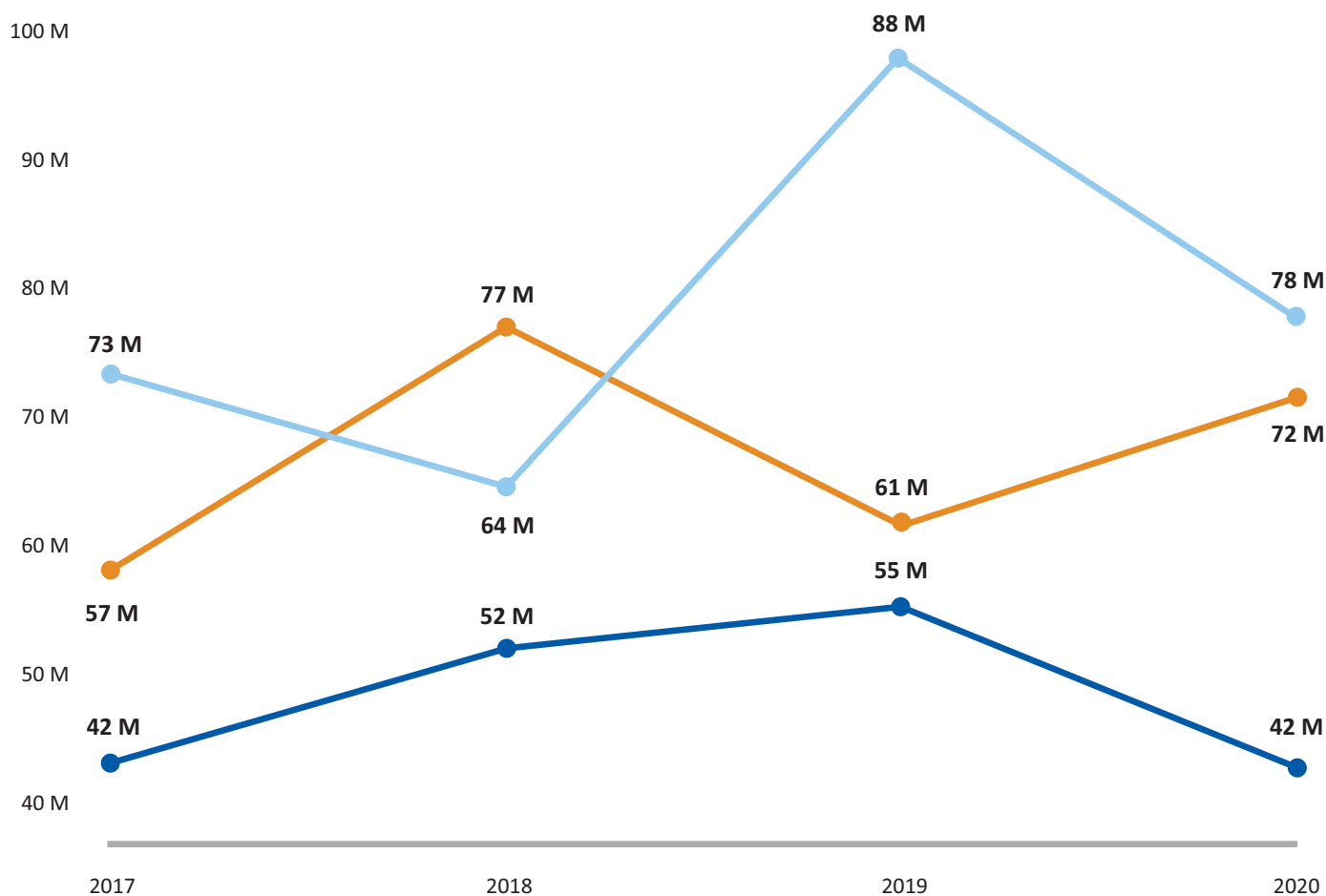
A receita líquida do exercício foi de R\$ 1.447.479 (um milhão, quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais). Recebemos do Tesouro Nacional R\$ 38.673.873 (trinta e oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e três reais) a título de subvenção e o montante de R\$ 26.527.763 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte sete mil, setecentos e sessenta e três reais) em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Destaca-se no período a redução da necessidade de recursos do Tesouro Nacional em 15,78%. A redução deve-se, principalmente, à utilização de recursos próprios para custeio de suas operações. O montante total de recursos próprios efetivamente utilizados foi de R\$ 4.524.445,31 (quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Encerramos 2020 com resultado negativo de R\$ 7.330.302 (sete milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e dois reais). Os prejuízos acumulados no exercício devem-se principalmente à apropriação de despesas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

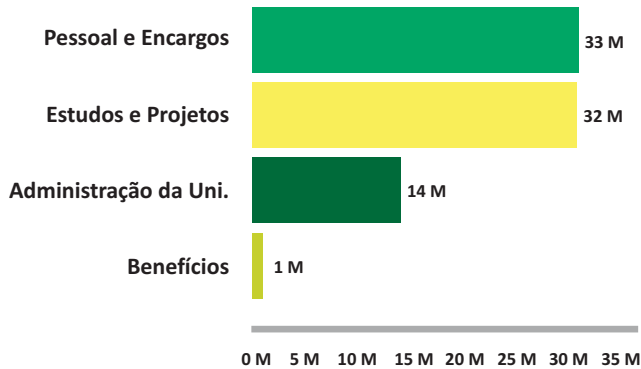
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Ano	Empenhado	Liquidado	Total Pago
2017	73.118.509,25	42.163.477,07	57.340.619,00
2018	64.202.060,06	51.478.495,61	76.737.110,00
2019	97.807.967,21	54.626.970,65	61.152.949,00
2020	77.549.818,32	41.918.770,39	71.195.760,00

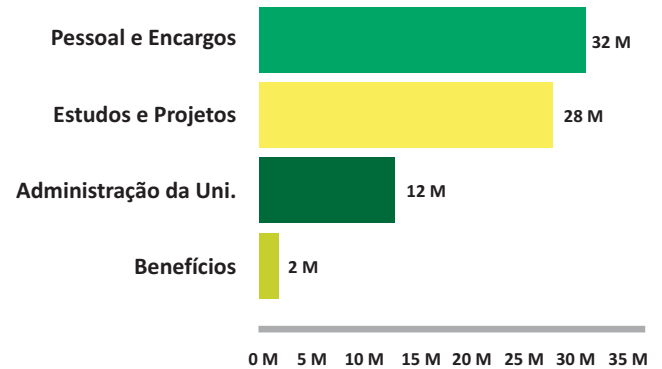
DESPESA POR AÇÃO

Despesas Empenhadas



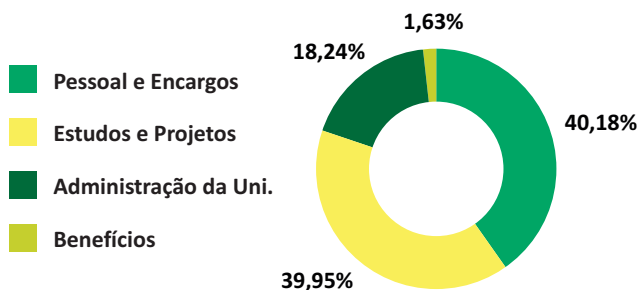
Ação Governamental	Empenhado
Pessoal e Encargos	31.158.099,62
Estudos e Projetos	30.979.294,00
Administração da Unidade	14.146.162,51
Benefícios	1.266.262,19

Despesas Pagas



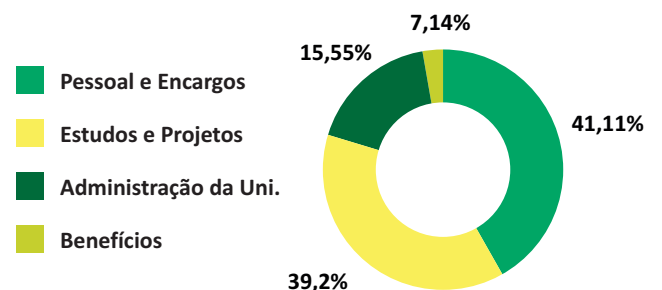
Ação Governamental	Pagas
Pessoal e Encargos	30.695.067,00
Estudos e Projetos	27.910.326,00
Administração da Unidade	11.068.086,00
Benefícios	1.522.281,00

Despesas Empenhadas



Ação Governamental	Empenhado
Pessoal e Encargos	31.158.099,62
Estudos e Projetos	30.979.294,00
Administração da Unidade	14.146.162,51
Benefícios	1.266.262,19

Despesas Pagas



Ação Governamental	Pagas
Pessoal e Encargos	30.695.067,00
Estudos e Projetos	27.910.326,00
Administração da Unidade	11.068.086,00
Benefícios	1.522.281,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.554.822	26.677.566
Créditos a receber	5	-	12.706.426
Acordo de Parceria	6	3.227.225	-
Adiantamento para acordos e termos	7	-	13.290.134
Tributos a recuperar	8	556.985	623.102
Adiantamento a empregados	9	241.582	259.682
Depósitos recursais/judiciais	10	-	541.289
Estoques	11	79.614	85.299
Despesas antecipadas	12	584.299	77.206
TOTAL CIRCULANTE		32.244.527	54.260.704
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Créditos a receber	5	12.706.426	-
Depósitos recursais/judiciais	10	587.958	-
Adiantamento para acordos e termos	7	764.561	-
Imobilizado	13	10.215.220	2.767.442
Intangível	14	67.194.855	33.217.264
TOTAL NÃO CIRCULANTE		91.469.020	35.984.706
TOTAL DO ATIVO		123.713.547	90.245.410

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações com pessoal	15	4.718.246	4.301.090
Encargos sociais e consignações a recolher	16	480.726	84.663
Fornecedores	17	56.180	96.815
Tributos a recolher	18	3.090	482.155
Termo de Execução Descentralizada	6	3.227.225	-
Arrendamento mercantil	19	2.028.278	-
TOTAL CIRCULANTE		10.513.745	4.964.723
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões para contingências	20	3.023.115	1.044.981
Arrendamento mercantil	16	6.743.520	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE		9.766.635	1.044.981
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	21	113.397.250	98.701.677
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	22	26.527.763	14.695.573
Prejuízo Acumulado	21	(36.491.846)	(29.161.544)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		103.433.167	84.235.706
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		123.713.547	90.245.410

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2020	2019
Receita Líquida		1.447.479	2.496.042
Custo do Serviço Prestado	23	(698.977)	(2.147.388)
RESULTADO BRUTO		748.502	348.654
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS:			
Pessoal e Encargos	24	(33.007.741)	(30.612.006)
Serviços de Terceiros	25	(6.197.695)	(10.775.483)
Depreciação e Amortização	26	(4.856.124)	(3.297.789)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	27	(2.546.303)	(1.113.624)
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	28	38.673.874	45.922.435
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	29	(7.933.989)	123.533
RESULTADO FINANCEIRO:			
Receita Financeira		1.430.280	1.488.850
Despesa Financeira		(1.435.802)	(74.068)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	30	(5.522)	1.414.782
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		(7.191.009)	1.886.969
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS:			
Outras Receitas		4.444.351	765.383
Outras Despesas		(4.583.644)	(752.460)
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS E DESPESAS:	31	(139.293)	12.923
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(7.330.302)	1.899.892
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO:			
Imposto de Renda		-	(344.953)
Contribuição Social		-	(132.822)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		-	(477.775)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	32	(7.330.302)	1.422.117

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	86.341.473	12.360.204	(30.583.661)	68.118.016
Integralização do Capital	12.360.204	(12.360.204)	-	-
AFAC	-	14.695.573	-	14.695.573
Resultado do Exercício 2019	-	-	1.422.117	1.422.117
Saldo em 31 de dezembro de 2019	98.701.677	14.695.573	(29.161.544)	84.235.706
Saldo em 31 de dezembro de 2019	98.701.677	14.695.573	(29.161.544)	84.235.706
Integralização do Capital	14.695.573	(14.695.573)	-	-
AFAC	-	26.527.763	-	26.527.763
Resultado do Exercício 2020	-	-	(7.330.302)	(7.330.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.397.250	26.527.763	(36.491.846)	103.433.167

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

	Nota	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recursos recebidos do Tesouro Nacional		38.673.873	45.922.435
Termo de Execução Descentralizada		3.227.225	-
Receita de Prestação de Serviços	33	1.547.900	2.496.042
Ressarcimento de estudos e projetos	33	4.766.596	-
Receita Aplicação Financeira	33	855.344	1.219.427
Receita Eventual (multas aplicadas)		63.563	-
Recebimento depósito judicial		2.163	-
Devolução de diárias		16.155	-
Pessoal e Encargos Sociais da EPL		(32.550.421)	(32.565.310)
Fornecedores		(11.038.058)	(11.296.088)
Acordo de Cooperação Técnica		(3.780.394)	(759.459)
Depósito Recursal/Judicial		(75.866)	(139.003)
Despesas Tributárias		(535.072)	(485.701)
Despesas Financeiras		-	(784)
Diárias		(65.158)	-
Almoxarifado e outros pequenos valores		(3.260)	(39.447)
Impostos a Recuperar		-	(179.100)
Caução p/ Garantia em Moeda Corrente		-	(938)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	33	1.104.590	4.172.074
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado		(27.200)	(3.522)
Aquisição Intangível		(13.616.913)	(3.279.993)
Acordo de Parceria		(13.110.984)	(12.524.750)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	34	(26.755.097)	(15.808.265)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.527.763	14.695.573
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	34	26.527.763	14.695.573
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		877.256	3.059.382
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		26.677.566	23.618.184
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		27.554.822	26.677.566
		877.256	3.059.382

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTE

	Nota	2020	2019
Resultado do exercício		(7.330.302)	1.422.117
Outros valores abrangentes		(184.411)	-
Resultado abrangente do exercício		(7.145.891)	1.422.117

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional e Impactos Causados pela Covid-19

1.1 Contexto Operacional

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Decreto nº 9.660 de 01/01/2019, cuja criação foi autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012. A EPL poderá ainda constituir subsidiária integral, bem como participar como sócia ou acionista minoritária em outras sociedades, desde que essa constituição ou participação esteja voltada para o seu objeto social e que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios, nos termos da legislação vigente, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 12.743/2012. Com sede em Brasília/DF, foi constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.


A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Seu objeto social consiste em:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plata-

formas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário;

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

O custeio de sua operação é subsidiado pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Esse recurso é destinado, entre outros, ao Planejamento Integrado Da Infraestrutura Nacional De Transportes E Logística, o qual tem como carro chefe o Plano Nacional de Logística (PNL), que indica empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante período determinado. Os projetos de elaboração do PNL são sucessivos, com vistas a estabelecer um fluxo regular de informações que subsidiarão a elaboração da Política Nacional de Transportes pelo Governo Federal.



Os investimentos em estudos e projetos de longo prazo, que envolvem custos com contratação de terceiros (fornecedores) e normalmente resultam na obtenção de licenças ambientais, são financiados por meio de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC). As receitas

1.2 Impactos Causados pela Covid-19

Tendo em vista os impactos sociais e econômicos causados pela Covid-19, a Diretoria Executiva deliberou sobre as providências necessárias para garantir a saúde e segurança de todos os colaboradores e a continuidade das operações da empresa.

No último trimestre de 2020 houve avanços na normalização das atividades da companhia, com reduzida parcela dos colaboradores em trabalho remoto. As medidas de precaução adotadas permitiram manter baixa a taxa de infecção por COVID-19.

Desdobramentos favoráveis nos processos de concessão sob a avaliação do Tribunal de Contas da União, bem como naqueles em fase de audiência pública, permitiram o agendamento dos leilões previstos para os próximos meses e aumentaram a previsibilidade de manutenção de cronogramas para os demais projetos. Tal evolução permite maior precisão na previsão de realização de receitas relacionadas a processos licitatórios. Novos adiamentos de leilões de arrendamento e/ou concessões podem ocorrer devido à pandemia, mas o impacto tende a ser menor em função das medidas já adotadas para a viabilização dos trabalhos necessários e das

oriundas de tais investimentos são reconhecidas quando do ressarcimento da licença ambiental pelo licitante adjudicatário da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Além disso, a EPL possui receitas próprias advindas da prestação de serviços técnicos de engenharia.

audiências públicas virtuais.

Na estruturação de novos projetos e no licenciamento ambiental de empreendimentos, a impossibilidade de realização do trabalho de campo necessário ou de os padrões de tráfego deprimidos pela crise afetarem a acurácia dos estudos podem afetar os cronogramas. Estamos atentos a tais riscos, que serão tomados em conta no planejamento de nossas atividades.

Ao final do exercício, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina contratou a EPL para elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento. Finalizamos também as negociações com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para a elaboração de Diagnóstico Logístico; prevemos para o início de 2021 a assinatura do contrato.

A EPL continua realizando suas atividades com recebimento de subsídios para despesas de custeio e investimentos realizados pela União a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Além disso, conforme previsto, obteve no período receitas próprias advindas da prestação de serviços de elaboração de estudos técnicos.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Em relação à apresentação das Demonstrações Financeiras, consideram-se os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 com as alterações promovida pela Lei nº 11.638/2007. No mais, a EPL é regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis a empresas estatais.

As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRSs”), emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB, as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo também as normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e com as normas internacionais IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Essas informações foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto, exceto quanto adoção do CPC 06(R2) – Arrendamentos comentado na nota 2.4.

A apresentação das Demonstrações Financeiras que sofreram alterações em comparação a 31 de dezembro de 2019 fora retratada integralmente na Nota Explicativa 2.3.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Reclassificações

Para melhor apresentação das Demonstrações Financeiras foram realizadas as seguintes reclassificações:

Balço Patrimonial	2019 publicado	Reclassificação	2019 Ajustado
Caixa e equivalentes de caixa	26.677.566	-	26.677.566
Créditos a receber	12.721.113	(14.687)	12.706.426
Adiantamento para acordos e termos	13.290.134	-	13.290.134
Tributos a recuperar	623.102	-	623.102
Adiantamento a empregados	244.995	14.687	259.682
Depósitos recursais/judiciais	541.289	-	541.289
Estoques	85.299	-	85.299
Despesas antecipadas	77.206	-	77.206
Créditos a receber	-	-	-
Depósitos recursais/judiciais	-	-	-
Adiantamento para acordos e termos	-	-	-
Imobilizado	2.767.442	-	2.767.442
Intangível	33.217.264	-	33.217.264
Obrigações com pessoal	1.635.991	2.665.099	4.301.090
Provisões s/ Folha de Pagamento	2.181.815	(2.181.815)	-
Encargos sociais e consignações a recolher	-	84.663	84.663
Encargos Sociais a Recolher	428.589	(428.589)	-
Consignações a Recolher	139.358	(139.358)	-
Fornecedores	96.815	-	96.815
Tributos a recolher	482.155	-	482.155
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	-	-
Provisões para contingências	1.044.981	-	1.044.981
Arrendamento mercantil	-	-	-
Capital Social	98.701.677	-	98.701.677
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14.695.573	-	14.695.573
Prejuízo Acumulado	(29.161.544)	-	(29.161.544)

Demonstração de Resultados	2019 publicado	Reclassificação	2019 Ajustado
Receita	2.496.042	(2.496.042)	-
Deduções	(280.805)	280.805	-
Receita Líquida	-	2.496.042	2.496.042
Custo do Serviço Prestado	(1.866.583)	(280.805)	(2.147.388)
Pessoal e Encargos	(30.729.485)	117.479	(30.612.006)
Serviços de Terceiros	(10.005.217)	(770.266)	(10.775.483)
Outros Serviços de Terceiros	(1.323.452)	1.323.452	-
Depreciação e Amortização	(3.297.789)	-	(3.297.789)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	(1.113.624)	(1.113.624)
Despesa com Material de Consumo	(110.882)	110.882	-
Despesas Tributárias	(209.277)	209.277	-
Despesa com Provisões de Causas Trabalhistas	(196.084)	196.084	-
Subvenções para Custeio	45.922.435	-	45.922.435
Receita Financeira	1.488.850	-	1.488.850
Despesa Financeira	(784)	(73.284)	(74.068)
Ganhos com incorporação de ativos	765.383	(765.383)	-
Outras Receitas	-	765.383	765.383
Despesa com Acordo de Cooperação Técnica	(752.460)	752.460	-
Outras Despesas	-	(752.460)	(752.460)
Imposto de Renda	(344.953)	-	(344.953)
Contribuição Social	(132.822)	-	(132.822)

Demonstração do fluxo de caixa	2019 publicado	Reclassificação	2019 Ajustado
Subvenção	45.922.435	-	45.922.435
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	2.496.042	-	2.496.042
Custo dos Serviços Prestados	(2.147.388)	2.147.388	-
Ressarcimento de estudos e projetos	-	-	-
Receita Aplicação Financeira	1.219.427	-	1.219.427
Receita Eventual (multas aplicadas)	-	-	-
Recebimento depósito judicial	-	-	-
Devolução de diárias	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais da EPL	(30.696.985)	(1.868.325)	(32.565.310)
Pagamento de Obrigações	6.769	(6.769)	-
Adiantamento a Empregados	(8.511)	8.511	-
Fornecedores	(11.233.062)	(63.026)	(11.296.088)
Acordo de Cooperação Técnica	(759.459)	-	(759.459)
Depósito Recursal	(139.003)	-	(139.003)
Despesas Tributárias	(204.896)	(280.805)	(485.701)
Despesas financeiras	(784)	-	(784)
Diárias	-	-	-
Almoxarifado e outros pequenos valores	(39.447)	-	(39.447)
Impostos a Recuperar	(179.100)	-	(179.100)
Caução p/ Garantia em Moeda Corrente	(938)	-	(938)
Despesas Antecipadas	(63.025)	63.025	-
Aquisição de imobilizado	(3.522)	-	(3.522)
Aquisição Intangível	(3.279.993)	-	(3.279.993)
Acordo de Parceria	(12.524.750)	-	(12.524.750)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.695.573	-	14.695.573
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	23.618.184	-	23.618.184
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	26.677.566	-	26.677.566

2.4. Novo pronunciamento técnico adotado – CPC 06(R2) – Arrendamentos (IFRS 16)

A segunda revisão do CPC 06 – Arrendamento Mercantil, trouxe novo entendimento acerca da contabilização dos contratos de arrendamento. Em essência, dispõe que se o arrendatário estiver assumindo substancialmente todos os direitos e riscos associados ao bem deve registrar o ativo e o passivo envolvido. O arrendatário pode optar por não efetuar o reconhecimento apenas quando o arrendamento é de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor.

Na data de início de um contrato de arrendamento o arrendatário deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, mensurando referido passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. As despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso são reconhecidos separadamente.

O passivo de arrendamento deve ser reavaliado na ocorrência de determinados eventos, tais como renovação do contrato, alterações de índices ou taxas utilizadas para o cálculo do valor presente do arrendamento. Via de regra, o valor

da revisão do passivo de arrendamento será reconhecido em contrapartida ao ativo de direito de uso.

A EPL reconheceu a aplicação do CPC 06 (R2) sobre o contrato de aluguel referente ao seu imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo do contratual e supressão do valor mensal devido foi firmado por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. A adoção foi realizada com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (data da renovação do contrato), considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento, não havendo reapresentação de informação comparativa.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de 12,9% ao ano, obtida no principal banco no qual a Empresa possui relacionamento. A adoção inicial, demonstrada no quadro a seguir, não impactou o patrimônio líquido:

	31/12/2020
Ativo	
Imobilizado Direito de Uso	11.141.936
Passivo	
Arrendamento mercantil - circulante	4.398.417
Arrendamento mercantil - não circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

A empresa optou por não reconhecer o direito de uso e o passivo de arrendamento relacionados a bens de baixo valor. Neste caso, a despesa de

arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

3. Principais Práticas Contábeis

- a) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;
- b) O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, bancos, contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- c) As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento;
- d) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos rendimentos, variações monetárias, encargos incorridos e provisões para perdas, adotando-se para apropriação índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;
- e) Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a doze meses estão classificados como itens não circulantes;
- f) As provisões para contingências são constituídas tendo como base a opinião da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- g) Os estudos e projetos em andamento são registrados tendo em vista o disposto no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Reclassificação	2019 Ajustado
Recurso Aplicado	10.352.226	13.602.226
Rendimento	10.170.588	9.492.380
Aplicação Financeira	20.522.814	23.094.606
310 - Pagamento de Pessoal	1.605.354	1.776.662
400 - Custeio/Investimento - c/ Exigência de Empenho	5.396.729	715.493
510 - Custeio Pagamento de Pessoal/Auxílio	29.925	425.939
307 - Outros Pagamentos de Pessoal - SIAPE	-	271.009
309 - Pessoal Requisitado	-	169.189
409 - Emendas Resultado	-	-
130 - Pessoal - Sentenças Judiciais	-	12.175
412 - Pagamento de Cartão de Crédito	-	5.000
910 - Passivo Financeiro	-	207.493
Tesouro Limite de Saque	7.032.008	3.582.960
Total caixa e equivalentes de caixa	27.554.822	26.677.566

Os valores de aplicação financeira são oriundos dos recursos obtidos por meio da prestação de serviços técnicos de engenharia e das transferências de licenças ambientais aos licitantes adjudicatários de leilões promovidos pelos seus clientes.

Estes recursos são aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal em conformidade com a Resolução do

Bacen nº 3.284/2005. Sua utilização depende de aprovação por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA. Acerca do tema, cumpre destacar que, no ano de 2020, a EPL obteve aprovação da LOA para utilização de R\$ 10,2 milhões dos recursos aplicados em despesas para suas operações. Os recursos resgatados no período para referida finalidade, bem como a movimentação financeira da aplicação estão demonstrados a seguir:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2019	Aplicação	Rendimento	IPRF sobre Rendimento	Resgate	Saldo em 31/12/2020
Caixa Econômica Federal	23.094.606	-	856.585	(179.377)	(3.250.000)	20.522.814
Total	23.094.606	-	856.585	(179.377)	(3.250.000)	20.522.814

Já o valor registrado a título de limite de saque, trata-se i) R\$ 2.265.411,70 (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e onze reais e setenta centavos) do estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos

divididas nas categorias apresentadas e ii) R\$ 4.766.596,30 (quatro milhões, setecentos e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e seis reais e trinta centavos) do ressarcimento e remuneração da EPL pela obtenção da Licença Prévia nº 583/2018 no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-364/365/MG/GO.

5. Créditos a Receber

	31/12/2020	31/12/2019
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A	-	4.679.708
Concessionária BR 040 S/A	-	8.026.718
Total Ativo Circulante	-	12.706.426
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A	4.679.708	-
Concessionária BR 040 S/A	8.026.718	-
Total Não Circulante	12.706.426	-

O saldo a receber das empresas Concebra e Concessionária 040 refere-se a transferências das licenças ambientais às concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG e da Rodovia BR-153/262/MG/GO por meio do Contrato de Concessão do Edital nº 004/2013 parte VII e nº 006/2013 parte VII, firmado entre as referidas Concessionárias e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, poder concedente.

Todas as tratativas de cobrança administrativa já foram esgotadas, sendo incluso os respectivos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN,

bem como instaurado o procedimento de cobrança judicial.

Com base no posicionamento da PROJUR o risco de perda dos valores é classificado como possível; portanto, não houve a necessidade de constituição de provisão para perda. Não obstante, os respectivos montantes foram reclassificados para o ativo não circulante tendo em vista a opinião da PROJUR no sentido de que, pelas inúmeras variáveis que incidem sobre os processos judiciais, especialmente a pandemia causada pela Covid-19, não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

6. Acordo de Parceria

	31/12/2020	31/12/2019
Termo de Execução Descentralizada a comprovar - Ativo	3.227.225	-
Termo de Execução Descentralizada a comprovar - Passivo	3.227.225	-

A EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada 01/2020, com vigência de 03/11/2020 a 03/11/2021, cedido pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). O

Objeto é a contratação de consultoria técnica para apoio ao encerramento da Concessão relativa à ligação rodoviária internacional entre os municípios de Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil), incluindo o Centro Unificado de Fronteira (CUF), complexo alfandegário e aduaneiro, bem como realização de avaliação econômico-financeira decorrente do encerra-

mento do Contrato Internacional de Concessão. Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanha-

mento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL.

7. Adiantamento para Acordos e Termos

	31/12/2020	31/12/2019
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	-	764.561
Acordo de Parceria nº 01/2019 - IFC	-	12.525.573
Total Circulante	-	13.290.134
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	764.561	-
Total Não Circulante	764.561	-

O valor de R\$ 12,5 milhões, em 31/12/2019, consiste no que fora ajustado por intermédio do Acordo de Parceria nº 01/2019 celebrado entre a EPL e a International Finance Corporation – IFC. A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial (World Bank Group), é uma instituição financeira internacional, com a qual o Brasil mantém parcerias. Possui experiência comprovada nas áreas de concessão, privatização e reestruturação de sociedades e serviços públicos em vários setores, incluindo o setor de rodovias federais, visando a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços básicos à população.

O presente Acordo, cujo montante acordado é de R\$ 62,6 milhões, tem por objeto a celebração de parceria para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização, os quais consistem em um programa de concessões comuns no setor rodoviário, de titularidade da União Federal e do Estado do Paraná, que serão delegadas à União, totalizando aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração", bem como outras rodovias adjacentes, e que serão

delegadas à iniciativa privada pela União ("Poder Concedente"), por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O valor foi reclassificado para estudos e projetos no ativo intangível tendo em vista que o referido acordo apresenta como objeto a estruturação de projetos com vistas a ressarcimentos dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários. Tal previsão consta na cláusula primeira, subitem 1.2, do mencionado Acordo: “os recursos necessários para implementação do Projeto serão suportados pelas Partes [...], sendo ressarcidos pelos licitantes adjudicatários”. Dessa forma, o acordo possui em sua essência o mesmo objetivo dos demais estudos e projetos registrados no intangível da EPL em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

Em relação ao valor repassado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do Termo de Execução Descentralizado nº 01/2016, este será baixado quando da apresentação da prestação de contas à EPL.

8. Tributos a Recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF Retido na Fonte Sobre Aplicação Financeira	179.143	765
IPPJ e CSLL retidos sobre Faturamento	33.765	-
INSS	344.077	174.201
IRPJ ESTIMATIVA	-	325.234
CSLL ESTIMATIVA	-	122.902
Total	556.985	623.102

O saldo atual refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira e à contribuição previdenciária paga a maior na competência de 12/2012, a qual teve seu pedido de restituição deferido pela Receita Federal do

Brasil em 04/02/2020, mediante Despacho Decisório nº 0225/2020 da Divisão de Orientação e Análise Tributária. Estima-se que o valor será recebido, devidamente atualizado, no início do exercício subsequente.

9. Adiantamento a Empregados

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento 13º Salário	79.177	86.282
Adiantamento de Férias	147.740	158.702
Outros Valores	14.665	14.688
Total	241.582	259.682

Os adiantamentos de férias e 13º salário são concedidos em consonância com a legislação trabalhista. A EPL realizou o pagamento da primeira parcela do 13º salário em junho/2020 e da segunda parcela em novembro/2020, confor-

me prazo estipulado pelo governo federal. O saldo remanescente refere-se a adiantamento de 13º salário por opção do colaborador quando do seu período de férias.

10. Depósitos Recursais

	31/12/2020	31/12/2019
Depósito Recursal	-	302.479
Depósito Judicial	-	238.810
Total Circulante	-	541.289
Depósito Recursal	297.548	-
Depósito Judicial	290.410	-
Total Não Circulante	587.958	-

Os depósitos recursais são efetuados para interposição de recursos em ações trabalhistas pela EPL, como forma de garantia parcial da condenação imposta. O depósito judicial refere-se a uma decisão liminar proferida em uma ação civil pública trabalhista, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que requereu que a EPL, como devedora subsidiária, procedesse ao pagamento da garantia dos valores discutidos na ação. A responsabilidade da EPL decorre em razão de a empresa ter sido a tomadora dos

serviços terceirizados prestados pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda.

Considerando a opinião da PROJUR no sentido de não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas devido especialmente à pandemia causada pela Covid-19, os valores foram reclassificados para o ativo não circulante.

11. Estoque

	31/12/2020	31/12/2019
Almoxarifado	79.614	85.299
Total	79.614	85.299

Estoques referem-se aos materiais de consumo adquiridos para utilização na manutenção e operação da EPL no âmbito da infraestrutura

física e administrativa composto, basicamente, por materiais de escritório e demonstrado pelo custo médio de aquisição.

12. Despesas Antecipadas

	31/12/2020	31/12/2019
Condomínio	65.060	-
Seguros de Responsabilidade Civil	71.590	68.997
Assinaturas anuais	442.553	6.211
Outras Despesas Antecipadas	5.096	1.998
Total	584.299	77.206

Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas na medida da ocorrência do gasto. Destacam-se no período as assinatu-

ras de softwares como serviço pela vigência de 12 meses.

13. Imobilizado

BENS MÓVEIS	Adquiridos até 31/12/2019	Entrada no Período	Depreciação acumulada	Taxa de Depreciação %	Saldo em 31/12/2020
Computadores e Periféricos	7.374.812	16.038	(7.375.881)	20%	14.969
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646	27.200	(1.875.139)	10%	646.707
Mobiliário em Geral	2.396.255		(1.774.050)	10%	622.205
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	1.208.818		(623.435)	10%	585.383
Equipamentos de Telecomunicação	250.950		(250.950)	20%	-
Máquinas e Equipamentos	197.455		(68.127)	10%	129.328
Outros Bens de Uso Duradouro	76.968		(54.006)	10%	22.962
Biblioteca	25.959		(12.491)	10%	13.468
Aparelhos	14.216		(8.713)	10%	5.503
Aparelho de Medição e Orientação	3.200		(3.200)	10%	-
Utensílio de Copa e Cozinha	5.441	710	(2.209)	10%	3.942
Total Bens Móveis	14.048.720	43.948	(12.048.201)		2.044.467
Direito de Uso (a)	-	11.141.936	(2.971.183)	(a)	8.170.753
Total Bens Imóveis	-	11.141.936	(2.971.183)		8.170.753
Total Imobilizado	14.048.720	11.185.884	(15.019.384)		10.215.220

(a) Direito de uso reconhecimento conforme norma CPC 06 (R2). O passivo correspondente está descrito na nota 19. Prazo de depreciação conforme vigência do contrato

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. Considerando o objeto social da EPL – estudos e pesquisas – seu patrimônio próprio tangível refere-se, basicamente, a bens móveis, tais como mobiliário em geral, computadores e periféricos, equipamentos de energia elétrica e de vídeo. Sendo assim, optou-se, desde a abertura da empresa no ano de 2012, a depreciar tais bens pelo método linear, aplicando-se as taxas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A fim de verificar a necessidade de mudança de estimativa contábil, conforme determinado pelo § 3º, II, art. 183 da Lei 6.404/1976 e pelos Pronunciamentos Técnicos Contábeis CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), em 2017 a EPL contratou a empresa MAKE – Consultoria Ltda., a qual baseou seu Laudo de Avaliação Patrimonial nos

preços de mercado básico de 30 de junho de 2017.

Em 18 de agosto de 2017, a empresa em tela emitiu o respectivo Laudo no qual constatava que o ativo imobilizado da EPL importava em R\$ 11.458.076,37 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e seis reais e trinta e sete centavos), enquanto que o valor contábil registrado consistia em R\$ 4.880.140,42 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

Considerando que o valor da avaliação, conforme Laudo apresentado, foi superior ao valor residual dos bens contabilizados pela EPL, não houve perda de valor patrimonial. Portanto, não houve a necessidade de ajustes contábeis em seu Balanço Patrimonial, conforme dispõe o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Diante do exposto, a administração da entidade, após avaliar o custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais móveis, manteve a opção de anualmente analisar a necessidade da contratação,

tendo como parâmetro precípua de avaliação a representatividade do valor dos bens móveis perante o ativo total da empresa, o qual, em 31 de dezembro de 2020, representa apenas 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento).

14. Intangível

Contrato	Rodovia	Saldo em 31/12/2019	Investimentos no Período	Reclassificação	Baixa / Amortização	Saldo em 31/12/2020
12/2013 - STE	BR-116	5.813.858	689.006	-	-	6.502.864
32/2013 - PROSUL	BR-101/324/367	2.606.158	-	-	-	2.606.158
09/2014 - PROFILL	BR-153	3.672.758	-	(3.672.758)	-	-
15/2014 - PROSUL	BR-262	2.382.464	564.599	(2.957.063)	-	-
16/2015 - MRS	BR-156/476/282/480	2.808.480	65.026	-	-	2.873.506
17/2015 - MRS	BR-364	2.573.769	81.438	-	-	2.655.207
03/2016 - STE	BR-364/365	3.150.692	195.040	(3.345.732)	-	-
13/2017 - IPC	-	888.973	3.551.695	-	-	4.440.668
31/2017 - MRS	BR-386	2.293.560	328.071	(2.621.631)	-	-
03/2018 - Ecossistema	BR-040	521.230	249.326	-	-	770.556
11/2018 - Egis/Engemin	BR-364 MT/RO	2.515.402	1.284.230	-	-	3.799.632
05/2019 - MRS	EF-170	306.096	5.111.797	-	-	5.417.893
01/2019 - Acordo IPC	Anel de Integração	-	13.110.984	12.525.573	-	25.636.557
Estudos e Projetos em Andamento		29.543.440	25.231.212	(71.611)	-	54.703.041
Licença Prévia nº 553/2017	BR-153 GO/TO	-	444.393	3.672.758	-	4.117.150
Licença Prévia nº 583/2018	BR-364/365 GO/MG	-	-	3.345.732	(3.345.732)	-
Licença Prévia nº 624/2020	BR-386/RS	-	790.939	2.621.631	-	3.412.570
Licença Prévia nº 639/2020	BR-262/MG	-	-	2.957.063	-	2.957.063
Licenciamento Ambiental		-	1.235.332	12.597.184	(3.345.732)	10.486.783
Licenças e Software T.I.		12.007.709	200.135	-	-	12.207.844
(-) Amortização - taxa 20%		(8.333.885)	-	-	(1.868.928)	(10.202.813)
Cessão de Uso de Programas de Informática		3.673.824	200.135	-	(1.868.928)	2.005.031
Total		33.217.264	26.666.679	12.525.573	(5.214.660)	67.194.855

Os valores registrados no intangível referem-se aos bens e direitos incorpóreos destinados às atividades da entidade e à elaboração de estudos e projetos vinculados ao objeto social da EPL.

O intangível relativo aos estudos e projetos, bem como às licenças ambientais disponíveis para

cessão, são registrados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o qual preceitua que a amortização deve iniciar a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda.

Os estudos e projetos que resultem em licenças prévias são reclassificados para o grupo Licença Ambiental. A baixa realizada no período refere-se ao custo do ressarcimento e remuneração da EPL pela obtenção da Licença Prévia nº 583/2018 no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-364/365/MG/GO. O montante total obtido pelo ressarcimento foi de R\$ 4.766.596,30 (quatro milhões, setecentos e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e seis reais e trinta centavos).

Destaca-se no período a reclassificação do Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a International Finance Corporation – (IFC), até o terceiro trimestre de 2020 registrado em adiantamentos para acordos e termos de longo prazo. O Acordo possui objetivo de planejar e estruturar projetos de desestatização de aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração"; possui, em sua essência, o mesmo objetivo dos demais estudos e projetos registrados no intangível da EPL, levando em

consideração que também visa ao ressarcimento dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários, conforme mencionado na nota explicativa nº 7 – Adiantamento para Acordos e Termos.

Em relação à taxa de amortização utilizada para os softwares foi utilizado o mesmo critério do ativo imobilizado: taxas estabelecidas pela RFB e avaliação do custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais. Destaca-se que o valor de mercado dos softwares da EPL, apresentados no Laudo de Avaliação mencionado na nota explicativa acerca do ativo imobilizado, importava em R\$ 3.345.349,50 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), ao passo que o valor líquido contábil registrado importava em R\$ 3.141.074,80 (três milhões, cento e quarenta e um mil, setenta e quatro reais e oitenta centavos). Em 31 de dezembro de 2020, os softwares representam apenas 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento) do total do ativo da EPL.

15. Obrigações Trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Ordenados e Salários a Pagar	1.573.818	1.635.991
INSS/CPSS Patronal	426.116	428.589
Pensão Alimentícia/Empréstimo Consignado	58.497	54.695
Provisões de Férias e 13º Salário	2.659.815	2.181.815
Total	4.718.246	4.301.090

O regime jurídico do pessoal da EPL é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto para os casos de servidores e empregados públicos cedidos ou requisitados de órgãos ou outras empresas públicas, para os quais é mantido o regime da entidade de origem.

As provisões das obrigações sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamento são constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período.

16. Tributos Retidos Na Fonte

	31/12/2020	31/12/2019
Tributos Retidos sobre Folha de Pagamento	456.218	74.284
Tributos Retidos sobre Nota Fiscal	24.508	10.379
Total	480.726	84.663

Referem-se aos valores de tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento, bem como

sobre as aquisições de serviços de terceiros.

17. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Estudos e Projetos	-	61.219
Outros Serviços	56.180	35.596
Total	56.180	96.815

Consistem nos compromissos assumidos com fornecedores pela EPL, até a data das demonstrações. Os saldos são liquidados no mês subse-

quente ao da entrada da nota fiscal.

Principais fornecedores com saldo a pagar:

	31/12/2020	31/12/2019
MRS Estudos Ambientais Ltda	-	61.219
Outros Fornecedores	56.180	35.596
Total	56.180	96.815

Os dispêndios com estudos e projetos ocorrem na medida em que os fornecedores entregam os estudos dispostos no cronograma do plano de

trabalho. A relação dos contratos destes fornecedores pode ser verificada na nota explicativa 14 - Intangível.

18. Tributos a Recolher

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	-	344.952
CSLL	-	132.823
PIS	433	612
COFINS	2.657	3.768
Total	3.090	482.155

O Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foram apurados sobre o lucro do exercício 2019. A Contribuição para o Programa de Integração

Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram apurados sobre as receitas de aplicação financeira.

19. Arrendamento Mercantil

Fluxo de Pagamentos	31/12/2020
2019	1.053.973
2020	3.161.920
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
(-) Encargos financeiros futuros	(4.667.664)
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.141.936
Passivo Circulante	4.398.417
Passivo Não Circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

O passivo correspondente ao reconhecimento do CPC 06 (R2) – Arrendamento está relacionado ao contrato de locação do imóvel Sede da EPL.

Abaixo demonstramos a movimentação do arrendamento:

	31/12/2020
Saldo Inicial em 31/12/2019	-
Adoção inicial	11.141.936
Pagamentos referentes a 2019	(573.989)
Pagamentos referentes a 2020	(1.796.149)
Saldo final em 31/12/2020	8.771.798
Circulante	2.028.278
Não Circulante	6.743.520
Total Passivos	8.771.798

Demonstra-se no quadro a seguir as prestações não descontadas:

	31/12/2020
Vencimento das prestações	
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
Valores não descontados	11.593.707
Juros Embutidos	2.821.909
Total Passivo arrendamento 31/12/2020	8.771.798

Os arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor a despesa é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato:

	31/12/2020
Aluguel Torre de Resfriamento	53.674
Aluguel de Máquina de Xérox	30.088
Aluguel de Veículos	2.692

20. Provisões para Contingências

	31/12/2019		Ingresso		Baixa		31/12/2020	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Provisões Trabalhistas	10	1.044.981	1	1.074.759	1	(314.388)	10	1.805.352
Provisões Cíveis	-	-	1	1.218.721	1	(958)	1	1.217.763
Total		1.044.981	2	2.293.480		(315.346)	11	3.023.115

em conformidade como o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, onde uma provisão é reconhecida quando é

provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Além das ações com valores provisionados, há também outras demandas na justiça trabalhista e cível, entendidas pela PROJUR como perda

possível. Estas demandas estão avaliadas conforme demonstrado a seguir:

Causas Possíveis	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Trabalhistas	8	1.382.685	6	1.111.304
Cíveis	3	48.362.149	5	49.629.913
Total		49.744.834		50.741.217

21. Capital Social e Prejuízo Acumulado

	31/12/2020	31/12/2019
Capital Integralizado	113.397.250	98.701.677
Prejuízo Acumulado	(36.491.846)	(29.161.544)
Total	76.905.404	69.540.133

A EPL é organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e tem seu capital representado por ações ordinárias nominativas, sendo 100% de titularidade da União. Seu patrimônio é constituído pela integralização inicial do capital, pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União aplicados no custeio de suas atividades,

bem como pelos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) investidos em estudos e projetos de longo prazo.

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se precipuamente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

22. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionista	Saldo em 31/12/2019	Ingresso	Integralização	Saldo em 31/12/2020
União	14.695.573	26.527.763	(14.695.573)	26.527.763
Total	14.695.573	26.527.763	(14.695.573)	26.527.763

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional para aplicação em investimento (estudos e projetos de longo prazo registrados no ativo intangível) são repassados a título de Adiantamentos para

Futuro Aumento de Capital (AFAC) e capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

23. Resultado Bruto

	31/12/2020	31/12/2019
Estudos de viabilidade técnica	1.630.960	2.496.042
(-) Tributos sobre faturamento	183.483	-
Receita Líquida	1.447.479	2.496.042
(-) Custo do serviço prestado	(698.977)	(2.147.388)
Resultado Operacional Bruto	748.502	348.654

As receitas da prestação de serviços referem-se às auferidas com as atividades desenvolvidas pelo corpo técnico da EPL, relativas a Estudos de

Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA).

24. Pessoal e Encargos

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração Pessoal	22.939.030	21.715.810
Encargos sobre Remunerações	6.552.518	5.953.926
Remuneração dirigentes	1.213.960	979.035
Alimentação	1.006.926	973.084
Auxílio Creche e Assistência Médica	394.691	437.372
Remuneração conselheiros	406.626	406.037
Capacitação	493.990	146.742
Total	33.007.741	30.612.006

Esta rubrica contempla os gastos com a folha de pagamento dos empregados, inclusive remuneração dos diretores, e outros tais como: alimenta-

ção, saúde, transporte e participações em cursos e treinamentos.

25. Serviços de Terceiros

	31/12/2020	31/12/2019
Condomínio e aluguel torre de resfriamento	863.572	874.337
Aluguel imóvel sede da EPL	-	4.398.424
Serviços Técnicos	3.102.599	2.568.601
Estudos e Projetos	85.573	-
Serviços Administrativos	2.145.951	2.934.121
Total	6.197.695	10.775.483

Consistem nos desembolsos da EPL decorrentes das atividades operacionais.

A rubrica “Serviços Técnicos” contempla, basicamente, desembolsos com contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, como a solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional, envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico com registro e acompanhamento de serviços especializados e demais serviços correlatos.

A rubrica “serviços administrativos” abrange, substancialmente, desembolsos com serviços continuados de limpeza, recepção, copeiragem, garçom e energia elétrica.

Ocorreu uma redução de 27% (vinte e sete por cento) nas despesas com serviços administrativos a qual deve-se, basicamente, ao encerramento do contrato de locação de veículos, que fora substituído pela contratação de serviço por meio de aplicativo; bem como o encerramento do contrato de vigilância, substituído pelo contrato de controle de acesso e circuito fechado de televisão.

Tendo em vista a adoção do CPC 06(R2) – Arrendamentos, em 2020 deixa de existir no resultado despesa a título de aluguel, passando a existir a depreciação do direito de uso e a despesa financeira incidente sobre o arrendamento. Dessa forma, para fins comparativos, apresentamos no quadro abaixo os dispêndios com aluguel do imóvel Sede da EPL:

	31/12/2020	31/12/2019
Comparativo Aluguel Imóvel Sede da EPL	3.161.920	4.398.424

Cumprir destacar que a redução de 28% (vinte e oito por cento) nas despesas com aluguel, deve-

se à renegociação do valor contratual tendo em vista as condições do mercado imobiliário.

26. Depreciação e Amortização

	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação de bens Móveis	758.809	1.366.063
Depreciação de Direito de Uso de Bem Imóvel	2.228.387	-
Amortização de Software	1.868.928	1.931.726
Total	4.856.124	3.297.789

27. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Diárias e Passagens	192.355	687.615
Despesa com Material de Consumo	61.835	89.669
Despesas Tributárias	145.171	140.256
Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis	1.978.135	196.084
Efeito da apropriação do arrendamento mercantil de 2019	168.807	-
Total	2.546.303	1.113.624

Dentre as despesas tributárias da EPL inclui-se, basicamente, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e as taxas pagas aos órgãos ambientais para obtenção de licenças.

Em relação às provisões para contingências destaca-se no período a constituição de provisões conforme demonstrado na nota explicativa nº 20 - Provisões para Contingências.

28. Recursos recebidos do Tesouro Nacional

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses recebidos	38.673.874	45.922.435
Total	38.673.874	45.922.435

Representa os valores de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com o

objetivo de prover recursos para o custeio das atividades administrativas da EPL.

29. Total das Receitas e Despesas Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Receita e Despesas Operacionais	(7.933.989)	123.533
Total	(7.933.989)	123.533

A EPL apresenta resultado líquido negativo de receitas e despesas operacionais tendo em vista as apropriações contábeis que não resultam em dispêndios financeiros no período, tais como: depreciação e amortização; provisões para contingências; provisões das obrigações sociais e trabalhistas à título de férias e 13º salário

constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período, bem como despesas com fornecedores registradas no contas a pagar. Nos dois últimos casos o subsídio será recebido quando necessário o efetivo pagamento.

Além disso, a EPL iniciou a utilização de recursos próprios para pagamentos de suas despesas, razão pela qual diminuiu sua necessidade de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Tendo em vista que tais subsídios são contabilizados a título de receitas

no resultado, a redução de sua necessidade contribui para o aumento do prejuízo no período. Em 2020, o montante total dos recursos próprios efetivamente utilizados para pagamento de despesas foi de R\$4.524.445,31 (quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos).

30. Resultado Financeiro Líquido

	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos de Aplicação Financeira	856.585	1.333.187
Outras Receitas Financeiras	573.695	155.663
(-) Despesas Financeiras	(70.031)	(74.068)
(-) Despesa Financeira Arrendamento	(1.365.771)	-
Total	(5.522)	1.414.782

Refere-se, basicamente, aos rendimentos da aplicação financeira de recursos próprios, à contabilização da atualização financeira do INSS a recuperar deferido pela Receita Federal em 02/2020 pelo regime de competência, bem como à atualização financeira dos custos incorridos com a obtenção da Licença Prévia nº 583/2018. A

despesa financeira decorre basicamente da apuração de PIS e COFINS sobre os ganhos financeiros, apresentando-se em separado a despesa financeira oriunda de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento da locação do imóvel Sede da EPL.

31. Outras Receitas e Despesas

	31/12/2020	31/12/2019
Ressarcimento de Licença Ambiental	4.427.603	-
Custo da Licença Ambiental	(4.030.475)	-
Ganho com Incorporação de Ativos	-	765.383
Acordo de Cooperação Técnica	(553.169)	(752.460)
Outros Valores	16.748	-
Total Outras Receitas e Despesas	(139.293)	12.923

No período houve ressarcimento e remuneração da EPL pela obtenção da Licença Prévia nº 583/2018 no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-364/365/MG/GO, celebrado em 19 de dezembro de 2019, entre a União e a

Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., relativo ao trecho entre o entroncamento com a BR-060(A) (Jataí/GO) e o entroncamento com a MG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG).

O valor originário de R\$ 765 mil do ano 2019 decorre da alteração de procedimento contábil, realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Balanço Geral da União (BGU), quando foi registrado um ganho econômico com a Incorporação de Ativo, referente aos repasses, por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED), firmado com o IPEA.

Na rubrica Acordo de Cooperação Técnica registrou-se em 2019 valor relacionado ao Termo de Compromisso nº 01/2015, firmado com a empresa Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A, o qual foi encerrado no mesmo ano. Em 2020 o valor está relacionado ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional nº 13/2013 firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

32. Resultado Líquido do Período

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do período	(7.330.302)	1.422.117
Total	(7.330.302)	1.422.117

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se precipuamente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização provisões e, a partir de 2020, os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil sobre o contrato de locação do imóvel Sede da empresa.

Ademais, a partir do 2º trimestre de 2020 ocorreu redução de receitas de repasse advindas do Tesouro devido a EPL estar utilizando recursos oriundos de receitas próprias para pagamento de despesas. Tal operação impacta negativamente no resultado da Empresa, porquanto se tais

despesas tivessem sido custeadas com recursos do Orçamento Geral da União, haveria o registro de receita de repasse no resultado no mesmo valor. Ainda assim, tal fato demonstra que a EPL está trabalhando em sua meta de ampliar a prestação de serviços à sociedade, auferindo receitas para sustentar seu desenvolvimento.

Apresenta-se a seguir o comparativo entre o Resultado Patrimonial do Período e impacto das despesas econômicas, bem como da aplicação de recursos próprios em despesas para suas operações:

	31/12/2020	31/12/2019
Pagamentos de despesas com recursos próprios	4.524.445	-
Efeitos adoção CPF 06(R2) - Arrendamentos	601.044	-
Depreciação bens móveis e amortização	2.627.737	3.297.790
Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis	1.978.135	196.084
Total	9.731.361	3.493.874
Resultado do Período	(7.330.302)	1.422.117

33. Atividades Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de Prestação de Serviço	1.547.900	2.496.042
Receita de Ressarcimento	4.766.596	-
Receitas Aplicação Financeira	855.344	1.219.427
Total Receitas Próprias	7.169.840	3.715.469
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	1.104.590	4.172.074
Posição das Receitas Próprias frente ao fluxo de Caixa Operacional	649%	89%

Os recursos a título de receitas próprias, obtidos pela EPL no exercício 2020, contribuíram para a geração de caixa, representando valor superior

ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais.

34. Atividades de Investimento e Financiamento

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades de investimento	(26.755.097)	(15.808.265)
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.527.763	14.695.573
Total	(227.334)	(1.112.692)

Os recursos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) são integralmente aplicados em estudos e projetos que gerarão prováveis benefícios econômicos futuros, por

meio do ressarcimento quando da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Saldo líquido de 2020 refere-se a aquisições de softwares e bens móveis.

35. Informações adicionais ao fluxo de caixa

	31/12/2020
Atividades de investimento	
Direito de uso	11.141.936
Atividades de financiamento	
Arrendamento mercantil	11.141.936

Em atendimento ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro acima apresenta as transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa. Tratam-se do reconheci-

mento do direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil referente a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS16, sem efeitos sobre o fluxo de caixa.

36. Quadro Demonstrativo da Composição Salarial da EPL

	Gratificação			Benefícios		
	Menor	Maior	Média	Saúde		Refeição
				Menor	Maior	Média
Conselheiros	3.171	3.171	3.171	-	-	-
Diretores	29.274	29.274	29.274	-	-	429
Demais	5.886	23.545	13.213	120	241	667

Para atendimento do item 17 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, divulga-se o quadro de remuneração de pessoal da EPL. Informa-se, ainda, que em caso de exoneração de diretor e ocupantes de Grupo-Direção e

Assessoramento Superiores há previsão de remuneração compensatória (quarentena), pelo período de seis meses, que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

37. Benefícios Concedidos

	31/12/2020
Auxílio Creche	87.252
Auxílio Alimentação	1.007.309
Assistência Médica	307.439
Total	1.402.000

Divulga-se o valor dos benefícios que os colaboradores da EPL receberam no exercício 2020.

38. Quadro comparativo

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2006, apresentamos a conciliação dos saldos das contas do Balanço Patrimonial elaborado sob

os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 e os registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em 31/12/2020.

	6.404/76	SIAFI	Diferença	Obs
ATIVO				
Caixa e equivalentes de Caixa	27.554.822	27.554.822	-	
Acordo de Parceria	3.227.225	-	3.227.225	a
Tributos a recuperar	556.985	556.985	-	
Adiantamento a empregados	241.583	248.798	(7.215)	
Estoque	79.614	79.614		
Despesas antecipadas	584.298	584.298		
Adiantamento para acordos e termos	764.561	764.561		
Créditos a receber de longo prazo	12.706.426	12.706.426		
Depósitos recursais/judiciais	587.958	587.958		
Imobilizado	10.215.220	2.044.467	8.170.753	b
Intangível	67.194.855	67.194.855	-	
Total do Ativo	123.713.547	112.322.784	11.390.763	
PASSIVO				
Obrigações com pessoal, encargos e consignações	5.198.972	5.232.052	(33.080)	
Fornecedores	56.180	40.223	15.957	
Tributos a recolher	3.090	3.090	-	
Termo de Execução Descentralizada	3.227.225	3.227.225	-	
Arrendamento mercantil Curto Prazo	2.028.278	-	2.028.278	b
Arrendamento mercantil Longo Prazo	6.743.520	-	6.743.520	b
Provisões para contingências	3.023.115	2.731.471	291.644	c
Capital Social	113.397.250	113.397.250	-	
Crédito para Aumento de Capital	26.527.763	26.527.763	-	
Resultado de Exercícios anteriores	(29.161.544)	(29.736.673)	575.129	d
Resultado do Exercício	(7.330.302)	(9.099.617)	1.769.315	e
Total do Passivo	123.713.547	112.322.784	11.390.763	

As diferenças acima apresentadas devem-se ao prazo exíguo de fechamento contábil no âmbito do SIAFI, o que impossibilitou a realização de lançamentos contábeis apurados após as devidas conciliações e revisão dos auditores independentes.

Destacam-se no período as seguintes diferenças:

- a) A EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada 01/2020, com vigência de 03/11/2020 a 03/11/2021, cedido pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). O Objeto é a contratação de consultoria técnica para apoio ao encerramento da Concessão relativa à ligação rodoviária internacional entre os municípios de Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil), incluindo o Centro Unificado de Fronteira (CUF), complexo alfandegário e aduaneiro, bem como realização de avaliação econômico-financeira decorrente do encerramento do Contrato Internacional de Concessão. Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL. O passivo foi reconhecido no SIAFI.
- b) A EPL reconheceu a aplicação do CPC 06 (R2) - Arrendamentos sobre o contrato de aluguel referente ao seu imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo do contratual e supressão do valor mensal devido foi firmado por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. Como arrendatária, registrou o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento.
- c) Reconhecimento de provisão para contingência trabalhista, após o encerramento do exercício no SIAFI.
- d) Diferença do Prejuízo Acumulado devido a estorno de provisão de créditos de liquidação duvidosa (R\$ 754.761,69), bem como apropriação de despesa de IRPJ e CSLL (R\$ 179.633,29), ambos de competência do exercício de 2019, realizados no SIAFI após o encerramento do exercício.
- e) Diferença no resultado do exercício decorrente dos lançamentos apresentados nas notas acima mencionadas:

	31/12/2020
Resultado do Exercício no SIAFI	(9.099.617)
Reconhecimento do adiantamento ao PNUD	3.227.225
Efeito líquido do reconhecimento do CPC 06 no resultado	(601.045)
Provisão para contingência	(291.644)
Ajuste referentes ao exercício de 2019	(575.129)
Demais ajustes	9.908
Resultado do Exercício	(7.330.302)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA EMPRESA

Os Srs. Arthur Luis Pinho de Lima, Marcelo Guerreiro Caldas e Rafael Antonio Cren Benini, Diretores da Empresa de Planejamento e Logística S.A., com sede no SCS, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, Brasília/DF. Inscrita no CNPJ nº 15.763.423/0001-30, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2020 (3800377) e com as opiniões expressas pela TATICCA Auditores Independentes S.S., constantes do Relatório dos Auditores Independentes (3800385) relativo as Demonstrações Financeiras do mesmo período emitido em 26 de fevereiro de 2021.

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento

Andreia Alves Pimenta
Contadora
CRC – SC 034016/O-S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Acionistas da
Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, (“Companhia” ou “EPL”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2020, sem modificação.

São Paulo (SP), 26 de fevereiro de 2021.



Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EPL 2020.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (COAUD) é um órgão estatutário de caráter permanente vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), sendo composto por três membros, todos independentes e eleitos pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício

de suas funções, atuando principalmente em relação aos seguintes assuntos: processo de elaboração das demonstrações financeiras e o monitoramento da qualidade e da integridade dos mecanismos de controle (elaboração e divulgação); atividades das auditorias interna e independente; gestão de riscos, controle interno e integridade; partes relacionadas; e sistemas de transparência, ouvidoria e denúncias.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Comitê reuniu-se ao todo, ordinariamente, 24 (vinte e quatro) vezes, sendo duas reuniões mensais e, extraordinariamente, por 6 (seis) vezes, totalizando 30 reuniões no exercício de 2020. Até 09.03.2021, ocasião em que o Comitê apreciou as demonstrações financeiras da EPL, foram realizadas outras 6 (seis).

Adicionalmente, o Comitê realizou sua autoavaliação sobre a atuação de 2020 e encaminhou ao Conselho de Administração para apreciação.

Os trabalhos realizados, que cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê, foram registrados nas atas das reuniões ou nas atas do CONSAD ou dos Órgãos/Colegiados junto aos quais se reuniram.

Cabe destacar que as recomendações do COAUD à cada área de atuação, foram registradas na versão completa do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, bem como nas respectivas atas que suportaram o referido relatório.

Auditoria Interna

No período, foram solicitadas informações e esclarecimentos à AUDINT sobre os conteúdos dos relatórios por ela produzidos, tais como: Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão; Relatórios de Atividades da Auditoria Interna, trimestrais, e sobre o RAIN/2020 e PAINT 2021.

Diante do apresentado, das evidências obtidas, e ainda, da avaliação de desempenho realizada pelo COAUD, é possível considerar que a Auditoria Interna, ao longo do exercício, atendeu de forma parcial as suas atribuições legais e regulamentares, caracterizando como necessidade de elevar o nível de maturidade e atuação da Auditoria Interna com o objetivo ajudar a EPL atingir seus objetivos.

Demonstrações Financeiras

Foi realizada apreciação das demonstrações financeiras do exercício, findado em 31 de dezembro de 2020, considerando o 1º, 2º, 3º e 4º

trimestre de 2020, abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresenta-

ções da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e das notas explicativas.

Diante do apresentado e das evidências obtidas

por este Comitê, especialmente no momento da análise, é possível considerar que o processo de elaboração das demonstrações financeiras obteve avanços significativos quando comparados com o ano de 2019.

Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Integridade

Foram analisados os relatórios periódicos de gerenciamento de riscos dos documentos: Política de Integridade; Programa de Integridade; Relatório Integrado de 2019; e Plano de Providências Permanentes – PPP do IG-SEST e IGG-TCU.

Diante do apresentado e das evidências obtidas

por este Comitê, é possível afirmar que a gestão de riscos, controles internos e integridade estão em constante aprimoramento, uma vez que as áreas vêm atualizando normas e regulamentos aplicáveis e suas políticas internas. O COAUD considera que os instrumentos/ferramentas adotadas estão adequados ao porte e a complexidade dos negócios da EPL.

Ouvidoria, Comissão de Ética e Sistema de Transparência.

Por meio das reuniões e apreciação dos Relatórios da Ouvidoria e diante do que foi apresentado e das evidências obtidas o COAUD

concluiu que é possível afirmar que Ouvidoria, Comissão de Ética e Sistema de Transparência encontram-se estruturados na EPL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu-se que as demonstrações financeiras do exercício social de 2020, findadas em 31 de dezembro de 2020, em sua forma final já ajustadas pelas anteriores demandas/recomendações do COAUD, foram elaboradas em conformidade com as normas

legais e com as práticas, normativos e legislações contábeis adotadas no Brasil. O COAUD suportado pelas informações da contabilidade, da auditoria independente e do relatório dos Auditores independentes, sem ênfases ou ressalvas, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da EPL.

Brasília - DF, 10 de março de 2021.

Marcelo Almeida
Presidente do COAUD

Vera Lúcia de Melo
Membro do COAUD

Antônio Edson Maciel dos Santos
Membro do COAUD

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame dos seguintes documentos:

1. Demonstrações Financeiras de 2020 e Destinação de Resultado.

Propostas da Gerência de Finanças/DGE, por meio do Relato SEI 3795461 e SEI 3800644, NUP 50840.100371/2021-18.

2. Aumento do Capital Social da EPL.

Proposta da Gerência de Finanças/DGE, por meio do Relato SEI 3723672, NUP 50840.100132/2021-50.

3. Relatório Anual de 2020 (Relatório da Administração e Gestão na forma de Relatório Integrado).

Proposta da Gerência de Organização e Estratégica/PRE, por meio do Relato SEI 3799558, NUP 50840.100128/2021-91.

Com relação ao ITEM 1:

O CONFIS, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da EPL, à vista do Parecer da TATICCA Auditores Independentes S.S. que concluiu: “Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”, e nos termos do Relato SEI 3795461 e SEI 3800644, sugerindo o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

No que se refere ao ITEM 2:

O CONFIS, por unanimidade, não se opõe à submissão da proposta de Aumento do Capital Social da EPL à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos do Relato SEI 3723672.

No que tange ao ITEM 3:

O CONFIS, por unanimidade, não se opõe à submissão do Relatório Anual de 2020 (Relatório da Administração e Gestão na forma de Relatório Integrado) à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos do Relato SEI 3799558.

Por fim, o CONFIS ressalta que o parecer é emitido considerando-se que as Demonstrações Financeiras foram elaboradas nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Brasília, 15 de março de 2021

MATEUS SZWARCWING

Conselheiro

NERYLSON LIMA DA SILVA

Conselheiro

DANIEL MÁRIO ALVES DE PAULA

Conselheiro



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

EPL - Empresa de Planejamento e Logística

Setor Comercial Sul, Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C
Lote C - Asa Sul, Brasília - DF, 70308-200



Empresa de Planejamento e Logística S.A.



www.epl.gov.br